



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Título

ECONOMIA SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES: CASO DO ESTUDO DE ASSOCIAÇÃO
POPULAR DE APOIO AS CRIANÇAS DA PÓVOA¹

Nome do candidato(a)

Suleimane Bari

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

PhD. Rogério Roque Amaro, Professor Associado Departamento de Economia Política -ECSH

Outubro, 2021

¹ Póvoa de Santa Iria referida doravante como Póvoa.

Departamento(s)

Departamento de Economia Política

Título

ECONOMIA SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES: CASO DO ESTUDO DE ASSOCIAÇÃO
POPULAR DE APOIO AS CRIANÇAS DA PÓVOA

Nome do candidato(a)

Suleimane Bari

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

PhD. Rogério Roque Amaro, Professor Associado Departamento de Economia Política- ECSH

Outubro, 2021

Dissertação submetida como requisito para
obtenção do grau de mestre em Economia Social
e Solidária.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos amigos e familiares, em especial a minha mãe que não teve oportunidade de ver o fim desta minha jornada académica.

Aos meus filhos queridos que aguentaram a minha ausência durante este tempo todo (Aliu Bari e Zacaria Bari), e espero que este trabalho lhes sirva de exemplo.

Agradeço de fundo de coração todos (as) que acompanharam a realização deste trabalho direta e indiretamente: os meus colegas de turma de mestrado, os meus professores, os colegas que aceitaram trocar opiniões académicas sobre este trabalho e os conceitos desenvolvidos nele.

Não vai ser possível enumerar as pessoas sem as quais este trabalho não chegaria ao fim, mas, os(as) próprios(as) sabem como foram importantes as suas contribuições nesta minha caminhada. Ao professor Carlos Sangreman pela leitura e correções finais.

Esta minha dissertação quero dedicar em especial ao Professor Doutor Aladje Balde Reitor da Universidade Jean Piaget Guiné-Bissau.

Agradecimentos

Um obrigado extensivo a todos os meus amigos e amigas.

Agradeço os meus colegas de mestrado: em especial Veronica Monteiro, Braima Fati, Helga Afonso e todos (as). Obrigado, também ao ISCTE-IUL.PT, através do seu gabinete de Ação Social pelo apoio financeiro.

Agradeço Maria Teresa De Obregón Lanuza.

Muito obrigado ao Professor Rogério R. Amaro e à Professora Maria de Fátima Ferreiro.

Resumo

Este trabalho da dissertação, tem como principal objetivo compreender o processo social e solidário das organizações de economia social: caso de estudo da Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa. Para a compreensão da problemática, foram analisadas questões específicas, tais como: os fatores implicados na sustentabilidade da APAC, a dinâmica institucional e as suas forças em relação os desafios atuais das organizações de economia social e solidária. Os conceitos que orientaram a nossa pesquisa foram os conceitos de economia social e solidária e conceito de sustentabilidade, compreendendo a sua ancora social, ambiental, económico-financeira e social.

Foi a metodologia qualitativa base da recolha das informações, através das entrevistas semiestruturadas, consultas dos documentos de trabalho físicos e online, com o privilégio de utilização da técnica da observação não participante, que ocorre na avaliação dos conteúdos do estudo de caso.

Os resultados do estudo indicam dimensões várias no âmbito da sua sustentabilidade: numa dimensão social, fruto de um grande sucesso na comunidade, indo ao encontro das necessidades da comunidade onde está inserida; numa dimensão organizacional, evidencia aspetos positivos mas também aspetos que se encontram em processo de melhoria e transição; numa dimensão financeira, tem existido algum equilíbrio devido à produção de serviços diversificados que tente ajustar com as realidades financeiras dos pais encarregados da educação das crianças, numa dimensão política, conquanto a sua democracia interna apresenta desafios e emancipação democrática.

Concluimos que existe uma superação em termos da sua cultura organizativa e dos que nela frequentam como utentes.

Palavra chaves: economia social, economia solidária, sustentabilidade.

Abstract

This thesis, has the primary objective of understanding the social and solidarity processes of social-economic organizations: the case study of Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa. To understand the case, specific questions were analyzed, such as: the factors involved in the sustainability of APAC, understanding the institutional dynamics, and understanding its drivers towards the current challenges of the social-economic and solidarity organizations. The concepts that oriented our team were concepts from social-economic, environmental and economicfinance and social. The methodology was qualitative, based on the gathering of information. Through semi-structured interviews, the consultation of online and physical documents, with the privileged usage from the non-participant observation technique, which occurs in the evaluation of the contents from the case study. The results of this study suggest several dimensions regarding its sustainability: a social dimension, from a great effort in the community, match the needs of the community it is embedded in; organizational dimensions, showing positive aspects but likewise many that are still improving; financial dimensions, which has had some balance due to the production of diversified services; a political dimension, while its internal democracy showcases some challenges. We conclude that there is an overcoming in terms of its organizational culture and from who they frequent as their users.

Key words: social economy and solidarity economy, sustainability.

“A felicidade não está em viver, mas em saber viver”.

(Por Mahatma Gandhi)

“Esperança é poder ver que há luz apesar de todas as trevas.”

(Desmond Tutu)

Índice	
Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de glossários	ix
Introdução.....	1
1. Tema, Objeto e Justificação	1
2. Pertinência Científica.....	2
3. Utilidade Política	2
4. Utilidade Social da APAC	3
5. Problemas, Objetivos Gerais e Específicos do Estudo	3
6. Estrutura do trabalho.....	3
7. Desafios, Dificuldades e Limitações do Estudo	5
Capítulo 1- Principais Conceitos de Economia Social e Solidária.....	6
1.1 - O Surgimento da Economia Social no séc. XIX.....	6
1.2- Definição de Conceitos de Economia Social e Solidária.....	7
1.3- A Economia Social em Relação a Economia Capitalista.....	8
1.4- A Economia Capitalista	9
1.5- As Razões de Surgimento da Economia Solidária.....	11
1.6 - Definição da Economia Solidária	11
1.7- Principais Diferenças Entre Economia Social e Economia Solidária	15
1.8- Horizontes e Desafios de Economia Social e Solidária	16
1.9- Considerações Finais Sobre Economia Social e Solidária.....	18
Capítulo 2- Conceitos e Desafios da Sustentabilidade	19
2.1- História e a Evolução do Termo Sustentabilidade	19
2.2- Definição de Sustentabilidade.....	20
2.3- As Relações Entre a Sustentabilidade e a Economia Social e Solidária.....	22

2.4- Considerações Finais Sobre Sustentabilidade.....	24
Capítulo 3- Opções Metodológicas e Enquadramento do Estudo de Caso	25
3.1- Identificação do Tema e Objetivos	25
3.2- Métodos e Técnicas Utilizadas na Recolha de Informação	25
3.3- Enquadramento do Concelho de Vila Franca de Xira.....	28
3.4- Caracterização da APAC	30
Capítulo 4- Dados Recolhidos nas Entrevistas.....	38
4.1- Análises dos Principais Objetivos e Problemas da Instituição	38
4.2- Análise do Funcionamento e Democracia Interna da Instituição	38
4.3- Sustentabilidade Fatores e Desafios.....	39
4.4- Relação entre a Instituição e as Autarquias Locais	39
Capítulo 5- Conclusões	50
5.1- Principais Conclusões Sobre a Sustentabilidade da Organização.....	51
5.2- A Relação Entre a Organização e os Princípios da Economia Social e Solidária	51
5.3- Sugestões: Medidas de Políticas de Apoios a Organização	51
5.4- Futura investigação	51
5.5- A Sustentabilidade Organizacional da APAC.....	52
Bibliografias	58
Anexos.....	63

Índice de glossários

APAC – Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa

RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida

ONG- Organização Não-Governamental

IPSS- Instituições Particulares da Solidariedade Social

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PIB- Produto Interno Bruto

CERCI- Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadão Inadaptados

ATL- Atividade de Tempo Livre

CF - Participação Familiar

FEBEA- Federação Europeia de Bancos Éticos e Alternativo

ONU- Organizações das Unidas

OIT- Organização Internacional de Trabalho

Introdução

1. Tema, Objeto e Justificação

Esta dissertação é fruto de uma investigação elaborada a partir de um estudo de caso da Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa (APAC), acompanhada com discussões teóricas dos conceitos de Economia Social e Solidária. A APAC, fora objeto de estudo aquando da avaliação contínua de uma das cadeiras do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária do 1º ano, 2º semestre (Sistemas de Financiamento em Economia Social e Solidária). Uma avaliação que resultou num trabalho prático que serviu de inspiração para esta dissertação.

A APAC, apareceu como estudo de caso de uma forma singular e simbólica. Singular, porque foi num momento de aprofundamento dos conhecimentos sobre as questões das IPSS em Portugal, o seu modo de gestão e fontes de receitas e de financiamento das suas ações no terreno; através de conteúdos administrados na cadeira de Sistemas de Financiamento em Economia Social e Solidária, tivemos uma opção estratégica de trabalhar nesta temática. Não obstante na sua avaliação continua (disciplina de Sistemas de Financiamento em Economia Social e Solidária) apareceu aleatoriamente na busca de uma IPSS para o tal estudo. De forma histórica (simbólica) compreendemos a sua natureza de criação e o seu contributo na comunidade e, assumimos a responsabilidade de estudá-la.

Assim, como qualquer trabalho académico, a definição do tema é importante para começar a perceber os passos que serão desenvolvidos. Este tema, em princípio, foi pensado no âmbito de uma investigação fora de Portugal, concretamente na Guiné-Bissau. Iríamos estudar a Economia Social das Organizações Sociais (tipo IPSS). Por razões de ordem financeira para deslocação a Bissau e os constrangimentos de voos aéreos criados pela crise pandémica da Covid-19, decidimos centrar a realização do estudo na Associação Popular de Apoio às Crianças da Póvoa.

Este trabalho visa essencialmente abordar a Economia Social das Organizações, com objetivo de percorrer os Caminhos e Desafios da Sustentabilidade da APAC. Embora, a Sustentabilidade seja um tema controverso e complexo na suas dinâmicas, dimensões e perspectivas. Mas a nossa preocupação cingiu-se à sua dimensão social: o seu impacto na comunidade e na vida das pessoas.

Os conceitos que sustentam a tese desta dissertação, que são Conceitos de Economia Social e Solidária e conceito de Sustentabilidade, vão aparecendo sempre que é necessário para sustentar a nossa argumentação.

Nesta tese os dois conceitos são importantes para compreender os Caminhos e Desafios da Sustentabilidade da Associação APAC, que outrossim podem servir de solução para outras organizações.

Foi uma discussão pouco consensual na escolha do tema. Que mudou por completo a ideia inicial, visto que o tema proposto por mim não permitia a realização de trabalho. Havia muita limitação sobre o assunto, obstáculos e questões latentes na altura. Mas acabei por aceitar e seguir com o tema de Economia das Organizações, com análise da situação da Sustentabilidade Social da APAC. De fato fiquei grato por ter continuado neste tema, por ser um tema importante e atual que pode fornecer elementos em vários ângulos da vida social das organizações e para o meu futuro profissional.

Sinto-me honrado ao trabalhar neste assunto, ou seja, este tema que salienta todos os setores da vida social. Pessoalmente, sempre fui muito de causas sociais, participei na formação de muitas associações sem fins lucrativos, ONG, redes das organizações para proteção e promoção do meio ambiente. Voluntariado, sempre faz parte do meu dia-a-dia. Com isso quero dizer que, sempre sonhei em transformar as valências comunitárias e reforçar o bem-estar, mas com o conhecimento adquirido ao aprofundar este tema aumentei muito a sua compreensão.

2. Pertinência Científica

Considero este tema atual e pertinente para a disciplina da Economia Social e Solidária, que ao abordar os seus conteúdos e estudá-los oferece muita luz aos seus intervenientes ou pesquisadores. A Economia Social e Solidária é um ramo ou disciplina das ciências económicas que tem a sua responsabilidade económica de estudar e compreender os valores das causas sociais.

3. Utilidade Política

Uma vez que as políticas públicas são frutos das estatísticas e estudos empíricos, o nosso trabalho traz alguns subsídios e serve para o Estado repensar os apoios às IPSS, em particular à organização APAC. A Economia Social e Solidária, não deve depender do Estado, mas sim o Estado deve criar condições que possa permitir uma participação nas resoluções dos problemas sociais, através das suas valências e esforços para os minimizar.

4. Utilidade Social da APAC

A APAC como o nome indica tem sido parceira social da comunidade da Póvoa da Santa Iria desde 1974. Quer dizer a sua utilidade pública ou social tem sido vista na formação de várias gerações que hoje são membros das famílias e dirigentes estatais em Portugal. A APAC participa não só na formação das gerações responsáveis com o futuro desta comunidade, mas também no seu desenvolvimento comunitário através das suas intervenções sociais.

5. Problemas, Objetivos Gerais e Específicos do Estudo

De salientar que a problemática deste Estudo nasce dentro do seu objeto do Estudo. Geralmente as perguntas de partida nascem da problematização do Estudo. Nessa lógica elaboramos uma pergunta de partida: **Quais os Fatores da Sustentabilidade da APAC?** O objetivo geral é compreender **os Caminhos e Desafios de Sustentabilidade** da Associação Popular de Apoio às Crianças da Póvoa.

Na implementação deste Estudo sobre as Organizações da Economia Social e Solidária recorreremos os objetivos específicos seguintes:

- ✦ Fatores implicados na Sustentabilidade da APAC
- ✦ Entendimento da própria Organização sobre a sua Sustentabilidade
- ✦ Potencialidade e Desafios da APAC perante a sua Sustentabilidade

6. Estrutura do trabalho

Esta dissertação é composta por capítulos e subcapítulos. A introdução, que junta diversos pontos vai nos enquadrar sobre conteúdos que abordamos na fase de preparação: no ponto um incluindo, o seu Tema, Objeto, Justificação, seguindo do seu ponto dois, fala-nos da Pertinência Científica desta dissertação que visa contribuir sobre a temática da Sustentabilidade da Economia Social e Solidária, o ponto três vai debruçar-se sobre a questão da Utilidade Política, este ponto sugere a forma como as políticas públicas devem melhorar as ajudas referente às organizações de Economia Social e Solidária; no quarto ponto, falar-se-á da Utilidade Social da APAC, com a contribuição e a dedicação que APAC tem para com a sua comunidade e o desenvolvimento local; o quinto ponto junta as questões de Problemas, Objetivos Gerais e Específicos do Estudo.

Antes da introdução do primeiro capítulo explicamos os Desafios, Dificuldades e Limitações do Estudo, que permite descrever as reais situações encontradas ao longo da realização desta dissertação.

No capítulo primeiro abordam-se, os principais conceitos da Economia Social e Solidária, fazendo uma viagem no tempo através de uma narrativa contextual dos autores renomados desta disciplina: desta maneira citamos 7 pontos para ilustrar essa narrativa entre quais, o ponto 1. fala-nos do surgimento da Economia Social no séc. XIX, e o ponto 2. conta-nos da Definição de Conceitos de Economia Social e Solidária; o ponto 3 e, Economia Social em Relação a Economia Capitalista, com os seus antagonismos face aos problemas sociais; o ponto 4 vem falar de Razões de Surgimento da Economia Social e Solidária; o ponto 5 refere as Definições da Economia Social e Solidária; enquanto que ponto 6 fala-nos das Principais Diferenças entre Economia Social e Solidária; o ponto 7 traz à luz os Horizontes e Desafios de Economia Social e Solidária para compreender as novas perspetivas sociais da Economia Social e Solidária; por último referimos as Considerações Finais da Economia Social e Solidária.

Capítulo dois debruça sobre os Conceitos e Desafios da Sustentabilidade, que nos enquadram dentro de parâmetros económicos e sociais, através de seguintes elementos em análise: primeiro ponto a História e a Evolução do Termo Sustentabilidade; o segundo ponto Definição de Sustentabilidade; o terceiro ponto as Relações Entre Sustentabilidade e a Economia Social e Solidária; o quarto ponto fazemos o caso de falar das Considerações Finais Sobre a Sustentabilidade.

O terceiro capítulo dissecar, as Opções Metodológicas e Enquadramento do Estudo de Caso, que passa pelas seguintes etapas: primeira Identificação do Tema e Objetivos; segunda Métodos e Técnicas Utilizadas na Recolha de Informação; terceira, Enquadramento do Concelho de Vila Franca de Xira; quarta Caracterização da APAC; e, no quarto capítulo Dados Recolhidos nas Entrevistas, para sustentar as análises realizadas. Assim indexamos os pontos tais como, 4.1. análise dos Principais Objetivos e Problemas da Instituição; 4.2. Análise do Funcionamento e Democracia Interna da Instituição; 4.3. Sustentabilidade Fatores e Desafios, nesta alínea tentamos apresentar a sustentabilidade que a instituição conseguiu para manter as suas atividades; 4.4. Relação Entre a Instituição e as Autarquias locais, daí procuramos entender quais os apoios que as autoridades locais têm feito com as Instituições Particulares de Solidariedade Social; e, o quinto que é o último capítulo, conclusão de toda a investigação.

7. Desafios, Dificuldades e Limitações do Estudo

A Covid-19, colocou-nos na altura uns grandes desafios a ultrapassar, o uso de máscara no contato com o público referenciados para recolhas de informações através de entrevistas semiestruturadas, algumas individualidades que a doença restringiu, ou seja, confinou e com quem não tivemos possibilidade de conversar. As dificuldades de ordem financeira e logística, impediram deslocações por falta de fundos para pagar os transportes e assegurar a minha estadia fora da casa ou na biblioteca. Dificuldades, além da questão inicial na escolha do tema também fomos confrontados com acesso aos materiais didáticos, encerramento dos serviços da biblioteca uns tempos, ou seja, o ambiente restritivo que o horário nos oferecia para as consultas físicas dos livros na biblioteca e entre outros. Uso de máscaras no momento de estudos na biblioteca, sufoca em grande medida a produção diária. Em geral a própria gestão do tempo entre o orientador e orientando e, também sofreu devido as restrições provocadas por covid-19.

As limitações do estudo foram além do geográfico (um caso do estudo) pois também fomos confrontados com uma limitação de páginas para sua abordagem do corpo textual da dissertação.

Capítulo 1- Principais Conceitos de Economia Social e Solidária

1.1 - O Surgimento da Economia Social no séc. XIX

Para diferentes pontos de vista da Economia Social, a era da revolução industrial foi um marco importantíssimo para a sua compreensão, intervenção e análises social (Chaves, 2007; Monzón, 2007: 12, apud Monzón, 2003). A iniciativa da organização social cooperativa de Rochdale e as cooperativas em geral têm atraído a atenção de diferentes escolas de socialistas: ricardianos, cristãos sociais (católicos e protestantes) e liberais sociais; também como eminentes economistas clássicos: marxistas e neoclássicos, analisaram este tipo heterodoxo da empresa profusamente. Apesar de o termo Economia Social ter surgido na europa do séc. XIX, teve outras designações e opiniões, por exemplo, o Conceito de Economia Social teve diferentes opiniões na Europa e no mundo em geral. Como atividade, a Economia Social está historicamente ligada a associações populares e cooperativas, que constituem a sua espinha dorsal (Chaves, 2007; Monzón, 2007: 11). As suas designações serão abordadas mais adiante.

De certa forma os franceses Charles Gide (1847-1932, apud Costa, 2007:56) e Charles Dunoyer (1883, apud Caeiro, 1961: 66) foram ambos pioneiros, fizeram parte dos primeiros autores da Economia Social, através de um tratado denominado (tratado de Paris) que abordou o espírito de solidarismo social. Na mesma linha de pensamento socialista, os autores como Marcel Maus (1872-1950, apud Caeiro, 1961: 66), preocupava-se com uma economia de socialização voluntária, e mais tarde por Benoit Malon (1841-, idem, 1893), cujo tratado de Economia Social (1883, idem) que se identifica na mesma base.

A Revolução Francesa em (1789) apoiada pelos ideais da liberdade, da fraternidade e da igualdade, originou o movimento associativo ligado ao proletariado e às organizações operárias (Caeiro, 2008). As cooperativas começam, também, a dar os seus primeiros passos, no sentido de potenciar o emprego e reduzir as desigualdades sociais características do período em questão. O fim deste período é marcado pela tomada de Paris (Comuna de Paris). Com as ideias do primeiro grupo associativo de Rochdale de 1844, em Inglaterra. Defendiam a ideia da solidariedade e reciprocidade entre elas.

Segundo Garrido, Álvaro, 2016:26, 27,

Os atuais debates teóricos sobre o campo da «economia social e solidária» — dois campos num só terreno — evidenciam a intenção institucional de fixar esse conceito aglutinador, seja na investigação universitária, seja ao nível das políticas públicas.

Pensamos que o Conceito de Economia Social ganhou essa lógica nos primórdios dos anos 80 em França: o seu objetivo aliviar os pobres e moralizá-los através da prática de ações filantrópicas paliativas (Laville, 2009:145). O Conceito foi, assim, ao longo da sua afirmação baseado no princípio geral de interajuda.

Na verdade, o Conceito de Economia Social espalhou-se nas regiões sul e centro da Europa, certo como é conhecida na Itália numa grande representatividade das suas organizações e aceitação do próprio conceito de Economia Social. O mesmo em Espanha e Portugal. No entanto, mesmo assim a Economia Social segue a perspectiva de liberdade económica das relações de interajuda e de uma democracia participativa na gestão do bem comum. Exigindo por outro lado o cumprimento e respeito dos pensamentos da sua época. As expressões relacionadas em diferentes outros contextos sociais sobre a Economia Social são várias: nos EUA, é denominada do terceiro sector, em Portugal, Espanha, França é chamada Economia Social (Quintão, 2011:6).

Neste primeiro capítulo da dissertação abordar-se-á as trajetórias da Economia Social na Europa Ocidental. Vamos enquadrar a tese sobre o Conceito da Economia Social no processo de emancipação dos povos rurais vulneráveis. Visualizando a outra face da Economia Social permite perceber que, numa primeira aproximação, podemos dizer que a Economia Social é uma expressão que designa um espaço socioeconómico.

As literaturas históricas sobre a Economia Social foram subjacentes as ações de solidariedade, não obstante, aliadas ao interesse do lucro ou da competição para ganhar espaço económico para ser reconhecida. Ao contrário de Economia Capitalista que perpetua o seu máximo económico para ser visível e competitivo na sociedade.

1.2- Definição de Conceitos de Economia Social e Solidária

A Economia Social sempre teve divergências na comunidade intelectual para a sua definição.

Segundo Morzon, 2001:13,

“Organização sem fins lucrativos (NPO) (Weisbrod, 1975, 1977). Em essência, abrange apenas as organizações privadas que, em virtude de suas regras constitutivas, não podem distribuir seus lucros para as pessoas que as controlam, devendo ser utilizadas por elas, seja para atingir seus objetivos, seja para ajudar as pessoas que não exercem nenhum controle sobre a organização”.

1.3- A Economia Social em Relação a Economia Capitalista

A Economia Social iniciou-se com os socialistas utópicos da segunda metade do século XIX, com os grandes magnatas em França, donos das grandes indústrias (Laville, 2001:57), que participavam com uma parte dos seus lucros empresariais nos domínios da intervenção social no que respeita às necessidades básicas dos seus funcionários: os cuidados básicos de saúde, saneamento, segurança alimentar (subsídios de alimentação), escola para os seus filhos entre outras necessidades a cobrir.

Na verdade, século XIX, marcou o início da ciência económica, a economia blindou-se dentro de uma lógica de preocupação sistemática naquilo que era produzido e vendida. As precisões dos teóricos da economia tentaram desmistificar e criar bases de conhecimentos empíricos. A ciência que então havia nascido, - a Economia Social - de maneira consciente precisava fazer a apologia do sistema político, económico, cultural e social, que a ciência económica supunha explicar, muito embora fosse mais adequada apenas para geri-lo. Assim foi com o tempo.

A equívoco entre visões antagónicas – aqueles que viam a economia antiga como um aspeto secundário das sociedades antigas, com características rudimentares, primitivas, se comparadas às da moderna Economia Capitalista – e modernistas – que, pelo contrário, acreditavam que a economia antiga, guardadas as óbvias proporções quantitativas, por conta, principalmente, das diferenças demográficas, jogavam um papel fundamental nessas sociedades, equiparável, portanto àquele da economia moderna, começa a tomar corpo justamente no fim do século XIX. Através dos trabalhos de Karl Bücher e Eduard Meyer, respetivamente; e de seus continuadores. (cf. Sayer; Boltanski e Chiapello, 1999, apud Tabone, 2012:47).

Foram debates filosóficos a volta das questões económicas, ou seja, a natureza económica que a economia antiga queria deixar na sociedade. Portanto, a preocupação económica não só mereceu a destaque teórico assim como teve preocupações na sua ação prática no terreno.

Em Portugal as iniciativas de Economia Social têm maior reconhecimento, na medida em que assumem uma função de complementaridade e/ou substitutiva daquilo que são as funções do Estado Social, em que se procura reduzir o peso da despesa social pública e o papel do Estado na Proteção Social. A própria lei portuguesa reconhece a existência de um setor cooperativo e social (Amaro, 2011:157) a par do setor público e privado – e com isto, o Conceito de Economia Social é ainda de referir que a própria Lei de Bases da Economia Social atribui

ao Estado uma série de direitos e deveres, pelo que a Economia Social em si, se torna subsidiária do próprio Estado².

Não obstante, as iniciativas sociais, continuam a ter pouca importância nessas organizações o que as tornam muito problemáticas. E, isso tem a ver com três fatores. Primeiro, ainda não está muito claro o que quer dizer projetos sociais, pois parecem mais atividades geradoras de lucros. E, assim a sua concorrência vê-se por dentro e por fora da Economia Social, vive-se um momento de transição e isso não ajuda muito (os exemplos práticos dos centros de estudos que passaram a funcionar como ATL). Em segundo lugar, os governos têm oscilado, registando-se alguma inconstância nesta matéria de subsidiariedade em termos teóricos e práticos. E, por último, a Economia Social ainda não é uma prioridade ideológica, científica e economicista (não é um lobby). O que é interessante é que há muita criatividade, existindo inúmeras iniciativas cujo papel tem sido muito importante na abertura de Horizontes da Economia Social em Portugal. No entanto, adquire maior reconhecimento, ao contrário da Economia Solidária (Espanha, 2009:248), que não se encontra ao abrigo formal de nenhuma entidade, o que reduz a sua probabilidade de se assumir como objeto de políticas públicas.

Essas discussões, estavam baseadas, apesar da aparente oposição transversal, nos mesmos pressupostos teóricos, pensados na e para a nascente economia moderna, capitalista, pelos, então filósofos que foram a base das Economias Clássica e Neoclássica, Adam Smith e David Ricardo (finais do Séc. XVIII).

1.4- A Economia Capitalista

A Economia Capitalista ou de mercado é aquela que se alinha com o desenvolvimento da livre empresa, na construção e produção de uma escala económica ou um sistema de geração de lucros individuais ou empresariais. No investimento privado que vê seus esforços estimulados no espírito do lucro, da livre concorrência e do jogo da oferta e da procura agregada que se encarregaria de equilibrar no longo prazo. A Economia Capitalista acredita que o capital e seu retorno são incentivos suficientes para que as sociedades cresçam e se desenvolvam, sendo livre para encontrar e usar as oportunidades que se apresentam.

² A lei Base da Economia Social, Lei n.º 30/2013, de 8 de maio no seu artigo n.º 9º

As economias de escalas (Capital) são aquelas em que o seu aumento na produção resulta em uma queda do custo médio do produto. Na verdade, não estamos aqui para explicar detalhadamente sobre a economia de escala, mas, tentar demonstrar a sua perspicácia face a Economia Social. A Economia Capitalista para aumentar a sua produção, é comum que a empresa tenha de aumentar também os fatores produtivos utilizados no processo, como a sua quantidade de máquinas e o seu número de trabalhadores. A economia de escala acontece quando o custo desse investimento cresce menos do que a produção resultante dele³. Os momentos mais mal marcados pelo capitalismo económico de mercados concorrenciais, foram quando subestimaram as teorias da economia de autoajuda.

O capitalismo não é igual a economia do mercado, mas sim anti mercado e o seu segredo para o crescimento contínuo são os lucros. Do século XIII para século XIV a desestruturação do sistema feudal marca o início do desenvolvimento capitalista. As turbulências, verificadas, ou seja, provocadas pelo sistema capitalista mundial, pelo centro do capital circulante, criaram alastramento de distúrbios sociais e, finalmente a emergências de novos poderes que disputam a vaga deixada pelo antigo Estado hegemónico.

Karl Marx, (1492:72), tenta explicar que o sistema de produção capitalista não está direcionado para a satisfação das necessidades sociais, mas sim para a maximização dos lucros. O capitalismo é um sistema económico baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos. As características centrais do capitalismo incluem acumulação de capital, mercados competitivos, sistema de preços, propriedade privada e o reconhecimento dos direitos de propriedade, troca voluntária e trabalho assalariado⁴. O capitalista, é a designação dirigida aos donos de grandes capitais económicos e financeiros.

A interpretação económica da história não significa que os homens sejam movidos, conscientemente, total ou principalmente, por motivos económicos. Pelo contrário, a explicação do papel e do mecanismo de motivos não económicos (Max, 1983, apud Peixoto, 1999:1).

Enquanto, que a Economia Capitalista surgiu com os fazendeiros donos das terras que compravam a força de trabalho para rentabilizar as suas terras. Adam Smith (1776), no seu livro a Riqueza das Nações tentou explicar como os donos das terras preocupavam cada vez mais em rentabilizar os seus negócios e, deixando o pobre trabalhador a sua sorte. - [Disse que] “a renda da terra e o lucro contribuem em larga escala para perfazer o valor de troca da maior parte das mercadorias; a produção do trabalho anual sempre será suficiente para comprar ou comandar

³ <https://www.Dicionariofinanceiro.com>

⁴ <http://en.wikipedia.org/wiki/Capitalism>

uma quantidade de trabalho muito maior do que aquilo que foi empregue para obter preparar e levar essa produção ao mercado”. Isto é, em certa medida empobrecia o campesinato.

Marx, (1818-1883), com a sua teoria de mais-valia, a identificar os pesados danos que a revolução industrial estava a criar nos operários fabris. Da mesma forma Ricardo (1817-1823) contribui muito com a sua obra de economia política, na discussão sobre o que poderia ser produzido pelas três classes da comunidade: os proprietários da terra, os trabalhadores, e os donos do capital. Também, participou nas outras abordagens, políticos das novas ideias constitucionalistas contra o passado absolutista e aristocrático. A extensão e a igualdade dos direitos políticos e civis eram vistas nessa altura por estas elites como condição fundamental para a organização da vida social.

1.5- As Razoes de Surgimento da Economia Solidária

A Economia Solidária o termo é um conceito muito novo que surgiu nos finais dos anos 80, com os ideias subjacentes de Economia Social. Por outro lado, as bases sementadas da Economia Solidária são identificadas a partir de novos problemas sociais latentes do séc. XXI, crescentes desigualdades territoriais, problemas ambientais e culturais, económicos e sociais.

1.6 - Definição da Economia Solidária

Economia Solidária é uma diferente forma de produzir, vender, comprar e trocar o que nos permite viver dentro da comunidade. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem para outro lado, sem destruir o ambiente e a natureza. A Cooperação, reforçando o grupo, em que cada um pensa no bem de todos e no próprio bem individual. Quando estamos a falar da Economia Solidária refere-se a nova alternativa de desenvolvimento diferente do modelo capitalista vigente (Singer, 2002:55); assim, a Economia Solidária é o outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

Nessa perspetiva, segundo Gaiger, (2009:88), a Economia Solidária refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganhos económicos e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A Economia Solidária não subjuguou a forma de fazer a economia da Economia Social, mas de certa forma reformulou a sua prática alternativa através de valorização de forma antiga de meio de troca económica. Aponta Amaro (2009) de que preliminarmente,

pode-se definir a Economia Solidária como “as atividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, como se verá, o que implica uma perspetiva sistémica, e não meramente social), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009:18). A Economia Solidária contrapõe a ideia de que o mercado vai resolver os problemas existentes na sociedade.

Salienta Stivill (2004:76),

Las diferentes iniciativas que componen a ésta en el siglo XIX nacen en condiciones difíciles y represivas en el seno de las clases populares. En primer lugar, para intentar resolver las necesidades más perentorias, en segundo lugar, como espacio de socialización y culturalización en paralelo con otras formas organizativas del movimiento obrero, y en tercer lugar como proyectos de transformación de un mundo económico y social que se rechaza.

Nesta perspetiva, enquanto a Economia Social e Solidária é integrada por organizações que não prosseguem lucros, o seu benefício não remunera o capital, de tal forma que os seus objetivos prosseguem a satisfação das necessidades das comunidades desfavorecidas e atacam problemas adiados pelo setor público ou privado.

Em qualquer uma das diferentes formas de organização mencionadas, o princípio básico traduziu-se na igualdade, na cooperação, na participação democrática e no interesse comum. O Estado providência, garantia de sobrevivência coletiva através de salários mínimos, assistência social aos indivíduos. Mas esse Projeto do Social e Solidária, antes de tudo tiveram e continuam a ter problemas na questão de operacionalização do seu conceito (Amaro, 2009).

A Economia Social, ou seja, o Estado Social reconhecidos aquando das convulsões decorrentes ou subseqüentes à segunda guerra mundial, em que foram mobilizados milhões de empréstimos para reconstrução da europa devastada e com a qual ocorreria uma larga mudança de mentalidades.

De acordo com (Amaro, 2016:10),

Após a Segunda Guerra Mundial, com a generalização dos sistemas públicos de Bem-Estar Social (o chamado Estado Social), nos países do Centro e do Norte da Europa Ocidental, a Economia Social integrou-se nesse sistema, assumindo-se muitas vezes como complementar do Estado-Providência e sendo reconhecida e apoiada financeiramente como tal. Mais tarde, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, com a predominância das abordagens de influência anglo-saxónicas, de inspiração neoliberal, a expressão Economia Social (de origem mais francófona), passou a ser preterida, a favor de Terceiro Sector ou Organizações «Non-profit».

A existência das pessoas afetadas, Estados e sociedades motivaram um assumir de compromisso com o bem-estar social. Em Portugal foram as instituições que marcaram o século XX, com as ideologias e ações no terreno junto as comunidades desfavorecidas. É uma questão tradicional, vivida ao longo dos tempos; à criação das misericórdias nos finais do século XV, em Lisboa e, com novas ondas de emigração na altura, introdução de novas culturas nas cidades portuguesas, assim surgiram as primeiras intervenções solidárias da Rainha D. Leonor entre o séc. XV e XVI. Por outro lado, a luta contra a pobreza fez aumentar as atividades de luta pela sobrevivência. Isto é, na altura via-se a premência das expressões populares da Economia Social e Solidária.

O progresso social, económico e industrial provocou novos problemas, criando constantemente desafios que carecem das respostas políticas públicas. A Economia Solidária apresenta uma reformulação dos projetos da sua antecessora: à dimensão social conferiu um carácter mais emancipatório em contraposição ao assistencialista; à dimensão económica afirmou o princípio da reciprocidade e da economia plural, e à dimensão política reforçou a sua gestão democrática e governança partilhada. Para além disso, considera ainda outras dimensões não contempladas previamente: a cultural (valorização da tradição e interculturalidade); a ambiental (preocupação com todos os seres vivos e visão ecocêntrica); a territorial (identidade/desenvolvimento local); a do conhecimento (importância da prática na investigação) e a da gestão (ética, recursos humanos, instrumentos e modelos novos de gestão) (Amaro, 2009: 12-29).

As carências da população portuguesa, em matéria de amparo mútuo, fez nascerem grupos ou coletividades de comunidades que se organizam localmente e economicamente para responder as necessidades da comunidade. Muitas delas eram de âmbito local, ligadas não apenas a ordens militares e religiosas (que tiveram um importante papel na reconquista e no repovoamento do território) como também aos municípios e às confrarias de mestres ou a simples particulares (mercadores ricos, etc.); outras, pelo contrário, deveram a seu nascimento à devoção de vários reis, rainhas e demais gentes da nobreza e do alto clero (Amaro, 2009).

No final do século XV com o acelerado crescimento populacional e a degradação das condições de vida foram assim povoadas as ruas de Portugal de pedintes, invalidados pela guerra e «pessoas caídas em desgraças» enquanto, os naufrágios e as batalhas davam origem a um elevado número de viúvas e órfãos, sendo igualmente dramática a satisfação. A partir do século XVII a solidariedade começa a desmarcar-se do sentido puramente religioso da caridade para se assumir como um dever social do Estado e da sociedade civil, no transcurso da evolução

observada (1700- 1830) o que ressalta é o triunfo gradual do modelo filantrópico sobre o velho paradigma da caridade piedosa, entendida, desde a longínqua Idade Média, como tesouro de salvação pessoal (Araújo, 1997: 449). Foi a Constituição de 1976 (no seu artigo nº 63) que instituiu em Portugal o termo IPSS.

O reconhecimento político foi um dos primeiros e importante espaço ganho pela Economia Social e Solidária. O séc. XX, novas abordagens e formas de atuação das organizações de terceiro setor, ou seja, chamadas organizações «Non-profit» denominação em inglês. Aquando da Economia Social se afirmou e ganhou força social, primeiro, científica e política (Amaro, 2016), a elasticidade das suas abordagens e a pertinência que foram sentidas após a segunda grande guerra com a introdução de Estado-Social, a essa elasticidade permitiu em partes esse reconhecimento político-jurídico da Economia Social.

As organizações, ou seja, as incubadoras da Economia Social e Solidária devem ser claramente delimitadas, de modo a poder projetar-se sem distorções na ordem jurídica que os regem. O espaço ou lugar tendencialmente ditos territórios sociais juridicamente definidos para suas atuações, mormente devem merecer as zonas de conforto pelas práticas socioeconómicas, que possam permitir ganhos visíveis, tanto pela, sua sustentabilidade organizacional, assim como comunitárias. Reduzir a tendência ao “isomorfismo institucional” integráveis na Economia Social, como um dos requisitos para obtenção de fundos de financiamentos para os seus projetos (Amaro, 2011:27).

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) surgiram em Portugal como resposta às necessidades dos cidadãos mais carenciados e em situação de vulnerabilidade social e ambiental. Foi com a Constituição de 1976 (art.º n.º 63) que surgiu pela primeira vez o termo IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social. As IPSS em Portugal, surgiram no âmbito de amparo mútuo para fazer face às questões da solidariedade e desenvolvimentos comunitária. Essas instituições ou organizações constituídas por iniciativa exclusivamente privada, sem fins lucrativos, que pretendem promover a igualdade e a justiça social. A sua intervenção enquadra-se no âmbito da Economia Social, e têm como principal objetivo a solidariedade social e solidária, em domínios como a segurança social, educação, saúde e empoderamento da massa desfavorecida.

Incentivando a sua atuação em proximidade com a população, e em cooperação com o Estado e o mercado, procurando dar resposta aos problemas sociais emergentes na comunidade em que se inserem. O exemplo do projeto In Loco em Algarve (Portugal): A dimensão política, foi um aspeto a considerar antes, durante e depois na afirmação da massa crítica contra as

políticas em defesa das populações desfavorecidas em Portugal nos períodos a considerar pela direita social portuguesa, fundamentada em proteção dos interesses obscuros dos poderosos e o bloqueio de livre curso de mudança social (Gravito, 2002).

O autor tenta explicar a sua indignação face as políticas da esquerda pura. As políticas que visam criar desequilíbrios sociais. A preocupação era de constantemente quebrar e dividir o poder existente de forma a diluí-lo por milhões de partículas, que seriam assumidas e administradas crescentemente por todos os cidadãos, a educação critica segundo (Gravito, 2002:422), os políticos devem manter os cidadãos pré-informados, mais autónomos, mais poderosos em todos os aspetos pessoais e sociais. Não é fácil conhecer o problema de uma determinada localidade sem interagir com o seu meio habitat. Posto isso, o conhecimento de uma realidade exige a entrada no “laboratório” da ação social. Para melhor entendimento da realidade sociais existentes e um simultâneo avanço em termos de políticas ativa, é a área do desenvolvimento local.

Em 1998 (Gravito, 1998) falou da sua experiência vivida no litoral de Portugal. Algarve, num crescimento desordenado do seu litoral turístico. Um projeto de vida, o projeto denominado Verde-Azul; 20 anos depois projeto apresentado ao regime da economia planificada. Depois da revolução de 1974 os recém-criadas entidades de poder local estavam preocupadas com as infraestruturas física e não dispunha de tempo nem de disposição para as denominadas iniciativas “imateriais”. Assim que nasceu a Economia Social e a preocupação do Estado com o social nessa região.

1.7- Principais Diferenças Entre Economia Social e Economia Solidária

Em Portugal são denominadas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Segundo Amaro (2011), a Economia Social e Solidária assenta numa lógica de gestão democrática, segundo o princípio de «uma pessoa, um voto», expressão do princípio já referido de Solidariedade democrática.

As influências ideológicas contribuíram na sua diversas formas de se tratar esses conceitos, como da Economia Social e Solidária de forma menos conhecidas entre os teóricos da economia clássica. Visto que os debates a volta do termo criavam muitas indagações e interrogações (Amaro, 2016).

O Conceito de Economia Social e Solidária sobretudo no que se refere as ideologias, existem controvérsias e ambiguidades. O pensamento socialista do séc. XIX, foram conhecidos como resposta ao capitalismo industrial que marcou o início da outra fase da economia;

A Economia Social, que ganhou uma expressão política e social através das cooperativas, mutualidade, associativismo entre outras organizações sem fins lucrativas, criadas como alternativas produtivas à economia capitalista, e dos sindicatos e do coletivismo, que se ergueram como alternativa às grandes corporações, agregadas num terceiro sector da economia.

A Economia Solidária não teve grande acolhimento nessa altura, nem académico nem prático, continuando a ser utilizada a expressão Economia Social ou como equivalente, terceiro sector.

Embora a expressão Economia Solidária tenha hoje uma aceitação europeia, como renovação da história das práticas e do pensamento da Economia Social; em Portugal cai numa lógica muito própria. Não porque a realidade do país seja muito diferente, mas porque o conceito é mais recente e tem um apoio completamente desintegrado nas práticas e na reflexão teórica. Além das universidades portuguesas da área das ciências sociais terem perdido grande parte da influência das universidades francófonas, encontrando-se mais americanizadas, a expressão economia solidária merece algumas reservas por parte dos cientistas porque é mais ética e moral que científica. Isto porque em Portugal existe muito a noção de que o que é científico deve ser objetivo, neutro, imparcial e não envolver questões morais e éticas (Amaro,2009). Vesse assim, ainda muito que fazer para emancipação desta economia em Portugal.

1.8- Horizontes e Desafios de Economia Social e Solidária

Na prática a grande preocupação da Economia Social ao longo dos tempos foram questões relacionadas com os problemas sociais que marcaram os enclaves do proletariado no passado. A ajuda mútua, a educação económica através da cooperação pode por si só promover a transformação do homem. De outra forma estes objetivos foram postos no seguimento da implementação da escola de pluralismo político e cultural que caracteriza os primórdios de desenvolvimento económico-social (Gide, 1847). Associando a Economia Social à Economia Solidária, que as suas ligações fazem sentido.

Horizontes sociais

Momentos e conceitos diferentes noutros cantos de mundo e mesmo na Europa de acordo com as suas visões e práticas: Economia Social e Solidária (França, Bélgica e Luxemburgo); associações de voluntariado e de organizações não-governamentais (Reino Unido, ou seja, Inglaterra), as organizações sem fins lucrativos (EUA, países germânicos e alguns dos últimos países a aderir à União Europeia), (Amaro, 2016:13). A Economia Social tornou-se uma outra

face de economia que foi subjugada com as iniciativas sociais e sindicais de muitas gerações. Essa economia está ganhando cada vez mais o seu espaço económico-social e institucional no mundo (Quintão, 2011).

Não se pode abandonar os princípios da liberdade individual. Temos de construir as sociedades para nós mesmos (Polany, 2000:11). A revolução francesa reforçou a maré montante da revolução industrial. Esta parte da realidade social situada entre a Economia Pública e a Economia Capitalista e com potencial para ser uma alternativa a elas, é chamada de Economia Social, dando origem a outras vozes como o terceiro setor, o terceiro setor solidário, o sector do voluntariado, terceiro setor, setor solidariedade, Economia Solidária, ação social e outras frases, que designam realidades muito próximas. Mesmo considerando a existência de uma autêntica inflação de palavras neste campo, na atualidade é possível afirmar que as principais concepções dessa realidade social que lutam pela economia plural, atuando tanto no ambiente mercantil como no não mercantil a favor de um desenvolvimento social e económico coletivo não exclusivo.

Na verdade, uma mudança geral dos hábitos sociais capitalistas teria gerado uma nova forma de cuidar do bem-estar social, serve de fato cavalgar culturalmente os modos de vivência ligado a ciência, (Alonso, 2009:67).

O Conceito de Economia Social designa aquele conjunto de organizações microeconómicas caracterizadas por traços comuns marcados por uma ética social (Laville, 2009). Por ser um conceito definido positivamente, ultrapassaria a delimitação interinstitucional clássica baseada na sua identificação como um setor residual, constituído por organizações que não pertencem à esfera da economia pública ou da Economia Capitalista privada⁵. Embora seja difícil elaborar uma definição de Economia Social que não seja uma enumeração das organizações que a compõem, a definição elaborada no Fórum Social Mundial (Nairobi, 2007) indica que se trata de uma economia baseada em valores de igualdade, cooperação, compromisso com o meio ambiente territorial e solidariedade que nos permitem vislumbrar-se alternativas económicas, sociais e culturais a partir de suas iniciativas de comércio justo, finanças éticas, sustentabilidade ecológica, entre outras.

Horizontes Económicos e Solidários

⁵ https://es.wikipedia.org/wiki/Econom%C3%ADa_social

É verdade que as experiências de Economia Social foram mais visíveis e cresceram notavelmente em resposta às crises, mas também explicam outras formas de organização e intervenções junto à comunidade ou assuntos sociais pontuais (Economia Solidária). A dimensão do trabalho das organizações de Economia Solidária e da sua produção é visível, merece destaque e reconhecimento. E, é considerado outra arma de luta contra economia que critica a Economia Capitalista dominante que oferece uma resposta a encruzilhada que representa para os setores sociais mais vulneráveis.

1.9- Considerações Finais Sobre Economia Social e Solidária

Há uma conquista feita no campo do social da Economia Social e Solidária e, ganharam aplausos e reconhecimentos, tanto político e assim como jurídicos (e, social nas comunidades). Muito embora, as controvérsias do campo científico sobretudo no que tange a sua definição e operacionalização do conceito é aquém da expectável. Por outro lado, a Economia Solidária espera o seu reconhecimento científico, jurídico e legal em Portugal (Hespanha, 2009). As Organizações da Economia Social em Portugal, tem vido a ganhar terreno no seu espaço social e científico.

Muitos trabalhos académicos realizados (as) no âmbito das pesquisas: teses de mestrado, relatórios científicos e teses de doutoramentos que servem para enaltecer a sua evolução e contribuição na melhoria de condições de vidas humanas e ambiental. A Economia Social e Solidária teve as suas contribuições bem patentes nos finais do século XIX e, princípio do século XX (Amaro, 2011). Aquando da superprodução das máquinas e desejo do bem-estar social, houve crise e gritos sociais face a esse período do pós-grande guerra.

Entretanto, vislumbrou-se novos espaços económicos e sociais de carácter sustentável para Economia Social. Os mercados sociais onde ocorrem as trocas com as moedas sociais, as incubadoras sociais e comunitária entre outro modelo de desenvolvimento comunitário existentes. De salientar que essa dissertação servirá de pistas para novas investigações no campo de Economia Social e Solidária. Que de uma maneira geral a sua indagação tem sido menos explorada em relação a outra economia.

Capítulo 2- Conceitos e Desafios da Sustentabilidade

2.1- História e a Evolução do Termo Sustentabilidade

O desenvolvimento como um processo de revolução técnico industrial e económico-social, teve o seu marco histórico a partir da segunda guerra mundial: a reconstrução da Europa devastada pela guerra (o Plano Marshal). O desenvolvimento, gerou problemas que ameaçam o futuro planetário em escalas intermitentes. A preocupação com questões da ecologia, de emprego, da pobreza e a exclusão social são assuntos sempre em cima das agendas da política pública. “A ótica redutora que analisa o desenvolvimento como um processo unidimensional (estritamente económico)” (Ferreira, 2017; Raposo, 2017) sente-se como uma ideia com falhas e marginalização de certos povos e comunidades através da segregação que este processo cria e criou na lógica do ideal capitalista. As Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1955 institucionalizaram o desenvolvimento alternativo ou comunitário, por ser vetor de mudanças através dos envolvimento da comunidade, desde a prospeção da problemática local o seu diagnóstico e resolução problema para o bem comum (Raposo, 2017; Ferreira, 20179). desenvolvimento alternativo.

Em suma, todas essas problemáticas criadas pelo desenvolvimento começou-se a pensar na futura geração. Se os indivíduos não colaborarem com as nossas responsabilidades pelas ações junto ao planeta terra vamos comprometer a vida das futuras gerações.

Por Amaro, (2019:24):

“Como notas de uma possível “pré-história” do Desenvolvimento Sustentável, arriscamos a referir três marcos de preocupações e chamadas de atenção que, de certo modo, anteciparam a tomada de consciência dos problemas ambientais e a necessidade de os ter em conta na defesa e na valorização da nossa Casa Comum”, o primeiro marco foi a grande compaixão de Francisco de Assis para com meio ambiente e que nela se encontra; outro marco notável é de Thomas Malthus, sobre o crescimento populacional face ao crescimento económico, essa preocupação refere na sua base teórica preocupação com as gerações futuras; por ultimo a preocupação com o meio ambiente na criação do parque “Yellowstone, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho (nos Estados Unidos), sendo o mais antigo parque nacional no mundo (com inauguração em 1 de março de 1872) e um marco na história das áreas protegidas”;

A História da Sustentabilidade nasceu quando o homem percebeu que existem certos recursos e atividades que carecem de cuidados continuados. Daí o Termo Sustentabilidade

passa a ser vista como algo importante, uma léxica comunicativa, que possa permitir a sua reprodução constante e inequívoca para sociedade. A Sustentabilidade é vista em dimensões diferentes, assim podemos apontar o tripé da sustentabilidade; social, econômica e ambiental (Elkington, 2001:1). As revoluções industriais e tecnológicas pressionaram as formas de gestão e de conservação da vida e o espaço que nela se encontra. No entanto, tamanha velocidade do crescimento e a conseqüente necessidade de geração de riquezas acabaram culminando numa série de efeitos colaterais para a sociedade na qual o modelo produtivo se insere, o que levou a questões sobre a impossibilidade de subsistência. Sem dúvida, a sociedade mergulhou nos problemas sociais que criaram desigualdades e continue a prejudicar gradualmente muitas povoações periféricas.

De certa forma com certas concentrações de riquezas, desigualdade social, desemprego, prejuízos ambientais novas formas de abordagem em relação ao planeta, dificuldades nas relações entre as empresas, e destas com a sociedade além de questões relacionadas à própria possibilidade de subsistência. Esses fatores fizeram surgir diversas correntes de pensamentos, estudos e pesquisas, com o objetivo de gerar um modelo que permita aliar estas formas de desenvolvimento com a melhoria da interação humana com o meio ambiente e com outros seres humanos. Consolidada a transformação econômica estimulada pela indústria, a sociedade e o ambiente tornaram-se alvo de diversos efeitos positivos e negativos e nenhum compromisso era atribuído ou cobrado dessas empresas (Almeida, 2015)⁶

2.2- Definição de Sustentabilidade

A discussão sobre o Conceito de Sustentabilidade desenrolou-se a partir 1973, um ano depois da Conferência de Estocolmo, mas só veio acompanhar as ocorrências ambientais em 1987, com o trabalho da comissão de Brundtland. Neste caso o conceito toma partido de que os princípios que atendam às necessidades básicas das populações, no presente, não devem comprometer os padrões de vida das gerações futuras.

De acordo Boff (2012:1),

Estamos diante de um momento crítico da história da terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro ... A escolha [é nossa: ou formar uma aliança global para cuidar da terra e cuidar uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a destruição da diversidade da vida.

⁶ https://www.academia.edu/34260256/Livro_Sustentabilidade

A Sustentabilidade tem várias dimensões que carecem de uma interpretação clara e concisa. Visto que cada sociedade, ou seja, organizações tem as suas formas e praticas de execuções dos seus recursos.

A Sustentabilidade como disse Amaro (2016:98), “A questão da «Sustentabilidade» de qualquer organização, a bem dizer de qualquer entidade ou ser vivo, é uma das suas maiores preocupações, porque toca na sua sobrevivência, ou seja, na sua continuidade como forma de Vida.

Existe um equívoco sobre o consenso relativo à Definição da Sustentabilidade, observa-se uma disparidade considerável nas discussões referente à avaliação da sustentabilidade. De certa forma a escassez dos recursos que é um dos problemas fundamentais da economia chama atenção nesse sentido de se preocupar com a gestão eficaz dos recursos (ambientais, humanos e financeiros, citado por autor deste trabalho). A Definição da Sustentabilidade é sustentada por três pilares a conhecer, que dão credibilidade a matriz da sustentabilidade em qualquer instituição ou o que seja: dividido em aspetos ambientais, sociais e económicos.

Alguns estudos sobre esse tema também consideram os aspetos culturais e tecnológicos, importantes complementos para a manutenção da sustentabilidade, (Liliana Sousa e Silva, 2011:3). A Sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações. As organizações sociais merecem uma atenção especial e têm toda a obrigação de se cuidar, fazer cuidar das futuras gerações de coisas ou seres animados e inanimados da sua continuidade no meio em que se encontre (o Planeta Terra). Os custos e benefícios devem ser proporcional e solidariamente repartidos. A Sustentabilidade vital que temos de propor dentro da realidade social, porquanto não abdicarem de busca incessante de lucro para busca da manutenção de todas condições de vida humana terrena.

A Sustentabilidade tem construído inúmeros pontes de reflexões e debates entre diversos atores sociais, que por um lado são considerados importantes para sua consciencialização e disseminação. Para Silva e Fonseca a humanidade tem sofrido e presenciado catástrofes em vários lugares do mundo, em razão do crescimento desordenado de cidades e dos impactos ilegais ao meio ambiente provocado pelo consumo capitalista, (2014, apud Dias e Marques:75). Quando das discussões sobre desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas, a Agenda Transformar o Nosso Mundo: Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável foi aprovada à 25 de setembro de 2015, pelos líderes dos 193 Estados-Membros das Nações Unidas na

Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque, tendo entrado em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016 (ONU, 2016).

A agenda 2030/ os ODS coincidiram com outro acordo histórico em 2015, o Acordo de Paris aprovado na Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP21). Junto com a Estrutura para Redução de Risco de Desastres (ONU, Japão, 2015), assinada no Japão em março de 2015, esses acordos fornecem um conjunto de padrões comuns e metas alcançáveis para reduzir as emissões de carbono, gerenciar os riscos de mudanças climáticas e desastres natural e reconstruir após uma crise. Os ODS são especiais porque cobrem as questões que afetam a todos nós. Eles reafirmam nosso compromisso internacional com o fim permanente da pobreza em todos os lugares. Eles são ambiciosos, porque seu objetivo é que ninguém fique para trás. Mais importante ainda, eles nos convidam a criar um planeta mais sustentável, seguro e próspero para a humanidade.

Oficialmente, na década de 80 da terceira metade do séc. XX, uma importante discussão internacional foi promovida abordando o tema Sustentabilidade. Em 1987, o relatório de Brundtland, no documento intitulado Nosso Futuro Comum, conceitua sustentabilidade como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras (A comissão, 1987).

No geral a preocupação sobre o nosso universo marcou o percurso do tema do desenvolvimento. As limitações cada vez latentes sobre temas diferentes na sociedade cristalizaram o tema de desenvolvimento sustentável. O séc. XX foi testemunha desse processo de distribuição e atribuição do nome que possa ter a questão da sustentabilidade para com a sociedade. Entretanto, a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável, com suas múltiplas dimensões e abordagens, tem dificultado a utilização mais consciente e adequada destas ferramentas. Desenvolvimento como elemento de criação de novos produtos tecnológico (inovação, Schumpeter, 1978:63). O processo tecnológico de tal forma que as preocupações várias dentro das dimensões da sustentável que se quer pode mensurar o seu impacto.

2.3- As Relações Entre a Sustentabilidade e a Economia Social e Solidária

Portugal, aguentou as primeiras ondas de solidariedade da primeira república. O apoio aos imigrantes desalojados ou em situações vulneráveis foram conhecidos e praticados pelas instituições de caridade e pessoas de boa vontade como à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e, outras instituições similares.

A participação ativa das IPSS no processo do desenvolvimento é notória e, tem um peso significativo no PIB, mais de 6% emprego em Portugal vive da sua retribuição mensal⁶. Muitas das iniciativas sociais foram encorajadas pelo apoio do Estado. Mas, por outro lado isso pode criar laços que não abonam naquilo que são as características dessas instituições. Tanto assim que a fraca participação nas ajudas das instituições públicas, mostra a lentidão no processo de respostas rápidas as pessoas com a pobreza. As respostas solidárias da Economia Social e Solidária para com as comunidades e pessoas com necessidades aumentaram nos últimos tempos. A pandemia da Covid-19, agravou ainda mais esse problema. Muito antes existem situações de crise preocupante nas famílias e comunidades vulneráveis. O aumento do desemprego em Portugal desde 2001, terá sido especialmente significativo no controlo da crise económico-financeiro em 2008.

Este cenário económico, já de si preocupante, é agravado pelo fato de os rendimentos dos trabalhos e prestações sociais (subsídios de desemprego e pensão) auferidos pelas populações. Em média, bastante abaixo dos valores regionais. Com índices de gravidade diferentes, Portugal está com problemas sociais graves, mas são praticamente os mesmos que foram identificados pelo Chipre, pela Grécia, pela Itália⁸, disse Eugénio Fonseca no final da apresentação de um relatório da Cáritas Europa.

O relatório “A crise europeia e o seu custo humano” analisa o impacto das políticas de austeridade que estão a ser aplicadas nos países da UE mais afetados pela crise (Portugal, Chipre, Grécia, Irlanda, Itália, Roménia e Espanha) e os seus efeitos na vida das pessoas.

⁷ em Atenas, citado pela Agência Lusa 27 março 2014 às 16:24

Entrevista, Eugénio Fonseca (Presidente da Caritas Portugal)

http://www.ipi.pt/files_upload/documentation/201101271706290.GCCB_ECONOMIA%20SOCIAL_RELATORIO.pdf

⁶ <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/> **Conta Satélite da Economia Social em 2016**

O problema central nestes países é o desemprego, sendo que em Portugal o desemprego juvenil é a maior preocupação, mas o desemprego de longa duração também é um problema e também foi referenciado pelo Chipre e pela Itália. Dados divulgados no relatório indicam que, em abril de 2013, o número de pessoas no desemprego atingiu o valor histórico de 26,6 milhões (11% da população ativa na União Europeia a 27) e o desemprego juvenil situava-se nos 23,5%. Estes dados reportam quão necessário as organizações sociais sem fins lucrativos permitam colmatar tal situação de desemprego.

Eugénio Fonseca, adiantou que, apesar de estar a haver uma estabilização nas taxas de desemprego e um ligeiro crescimento económico em Portugal, isso não quer dizer que tenha algum reflexo, para já, na vida das pessoas. As pessoas continuam sem ter autonomia financeira, sem ter acesso ao trabalho, muitas delas perderam os subsídios que estavam a receber e há pessoas que continuam a precisar dos serviços das instituições públicas e particulares e a ficarem numa situação de maior empobrecimento (Entrevista, Eugénio Fonseca, março, 2014).

2.4- Considerações Finais Sobre Sustentabilidade

Nalgum momento pensou-se que a Sustentabilidade teve ao seu início nos primórdios da revolução industrial e com os aumentos das grandes inovações tecnológicas. Segundo Lacy (Diretor executivo da Accenture Sustainability Services para Europa, África, Oriente Médio e América Latina, 2010), mostrando que a preocupação da Sustentabilidade na sua mais variada dimensão suscitou grande importância para os líderes mundiais e responsáveis das empresas privadas e civil (Bacha, 2010:1).

A reflexão sobre o tema da Sustentabilidade e a sua evolução, antecede a revolução industrial de modo que a sua gestão e reflexão acompanha a sobrevivência humana. Do ponto de vista teórico o comportamento humano e da forma como tem sido feita a gestão das necessidades humanas tendo em conta os recursos existentes. Isto significa que, teoricamente, refletir sobre Sustentabilidade é também refletir sobre economia, estando os conceitos associados. Assim, faz sentido dedicar algumas palavras a esta relação simbiótica. A Sustentabilidade é um tema com uma definição controversa do seu ponto de vista, quiçá a sua relação umbilical com sociedade tem certos defeitos na dialética dos seus autores.

A manifestação dos teóricos do conceito de desenvolvimento sustentável, que teve início a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, que na verdade a suas idealizações antecedeu vários encontros mundiais sobre o meio ambiente. De salientar que (Boff:1). os primeiros esforços no sentido de discutir a questão ambiental, a partir, principalmente da Conferência de Estocolmo, em 1972. foram períodos impotentes para a consciência económica capitalista. Mas não obstante, quiçá uns grandes desafios pela frente.

Capítulo 3- Opções Metodológicas e Enquadramento do Estudo de Caso

3.1- Identificação do Tema e Objetivos

Na base da recolha das entrevistas e consultas documentais, iniciamos o tratamento da informação nele contida. A apresentação e análise dos resultados apresentados foram elaborados tendo em conta o conteúdo teórico do nosso estudo, bem como a opção metodológica que constituiu a orientação do nosso trabalho.

Com base no enquadramento teórico e nos objetivos do nosso estudo, para tratamento dos dados compilados, consideramos as dimensões metodológicas, os conteúdos teóricos conceituais e os objetivos gerais da pesquisa como fundamentais para sua compreensão, desta forma vimos que a avaliação metodológica é sempre um processo de recolha e processamento de informação que pode ser obtida pelos mais diversos métodos e técnicas, o inquérito ou a entrevista, passando pelos testes ou mesmo os métodos de observação direta ou indireta (Coutinho, 2004:434).

As Organizações de Economia Social e Solidária, o tema central do nosso estudo com caso específico da Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa. Que tem como Objetivo Principal Caminhos e Desafios da Sustentabilidade da APAC. Este objetivo acompanhou a nossa pesquisa de forma qualitativa que nos permitiu discutir com vários autores que falam deste tema.

3.2- Métodos e Técnicas Utilizadas na Recolha de Informação

A investigação científica passa necessariamente quando existem duas coisas: primeiro a problemática da pesquisa e o objetivo do mesmo. Portanto, segundo Coutinho, (2014:4), a investigação científica é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais (Coutinho, 2014).

A propósito de compreender a realidade económica e social das organizações sociais e poder melhor enquadrá-las nas outras realidade foi o mote desta investigação. A metodologia, qualquer que seja a investigação subordina ao processo metodológico, através dela consegue delinear o caminho ou seja, as leituras a serem feitas para compreender a realidade em estudo. De acordo com (Deshaies, 1992:30), conhecer os principais conceitos de metodologia a utilizar é um caminho melhor para compreender o seu objeto de pesquisa. Esta maneira de proceder permite exercitar-se nas exigências do procedimento metodológico, enquanto adquire

conhecimentos técnicos sobre a metodologia. E, globalmente, tratar-se-á de uma ocasião para tomar consciência do seu próprio papel como sujeito na elaboração do conhecimento, (Deshaies, 1992). Assim o conceito metodológico escolhido serve o presente método qualitativo para reunir informações que vai-nos permitir elaboração deste trabalho.

As Informações Recolhidas neste estudo de caso foram objetos de uma participação do próprio investigador junto a essa instituição através de uma entrevista semiestruturadas e uma observação participante. Envolvendo quase todos os intervenientes desta instituição para melhor obter os resultados da nossa pesquisa.

O estudo enquadra-se no âmbito do mestrado em Economia Social e Solidária, cujo objeto de pesquisa é a Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa (APAC). O seu objetivo vai-nos permitir em bom rigor compreender a instituição e os seus caminhos percorridos ao longo dos tempos.

A APAC, através dos seus dirigentes mais antigos e aqueles com menos tempos na organização traduziu-nos em palavras aquilo que são as propostas e ações no terreno dessa instituição. Constatamos através dos seus utentes pais e encarregados da educação das crianças o passado e o presente da APAC e, assim perspetivando um futuro risonho para às crianças e a comunidade da Póvoa da Santa Iria.

No âmbito das nossas entrevistas no terreno foram identificadas e entrevistadas as instituições como por exemplo:

- i. APAC- Associação Popular de Apoio as Criança**
- ii. A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira**
- iii. Junta Freguesia da Póvoa de Santa Iria**

Durante a realização das entrevistas, tentou-se adquirir um conhecimento mais detalhado sobre o perfil profissional dos entrevistados, buscando, com isso, explorar a possibilidade de existência de alguma relação entre estas características de perfil profissional e a relação com Economia Social e Solidária. Todas as questões abordadas foram a volta da Economia Social e Solidária, a democracia interna das organizações de Economia Social e Solidária o seu contributo para o desenvolvimento comunitário. Como responsáveis o que podiam fazer para impulsionar a Economia Social nas suas comunidades.

As entrevistas foram realizadas nas suas próprias instalações com uma duração mínima de uma hora (1h) de tempo em cada instituição. Em destaque temos à Câmara Municipal que nos

concedeu a entrevistas através de respostas das nossas perguntas enviadas por correio eletrónico à instituição. Tivemos um feedback de uma espécie de relatório de 6 páginas feito pelo presidente, onde identificamos exclusivamente as palavras do presidente.

A nossa entrevista começou com a instituição que é o nosso objeto de pesquisa. Conseguimos entrevistar 12 pessoas incluindo o seu presidente, responsáveis administrativos, cuidadores, responsáveis da secretaria. Por outro lado, entrevistamos pais encarregados da educação das crianças.

A entrevista foi concedida no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido estrito de construção de conhecimento sobre a nossa pesquisa, é a técnica utilizada no processo construção deste trabalho. Constitui-se numa conversa a dois, realizada por iniciativa de um entrevistador (pesquisador) e o entrevistado destinada a construir informações pertinentes.

A entrevista teve âncora de duas naturezas de informações: sobre fatos cujos dados conseguimos por meio de entrevistas e outras fontes (documentos oficiais, referencias dos documentos físicos e online), geralmente de cunho qualitativo; e sobre o que se refere diretamente a sociedade em estudo, em relação à realidade que vivenciamos e sobre sua própria situação, nessa perspectiva Quivy e Campenhoudt afirmam (2005), as operações de leituras visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos atores sociais (2005: 49).

O plano geral da seleção dos entrevistados, foi elaborada a partir de uma premissa necessariamente indutiva, do modo que partimos de certas unidades sociais para compreendermos um todo. Este estudo de caso, não quer avaliar a instituição em causa pelo contrário nós queremos perceber e acompanhar o seu processo percorrido antes, durante o seu processo de prestação de serviço na comunidade da Póvoa, para Yin (1994) o estudo de caso pode ser conduzido para um dos três propósitos básicos: explorar, descrever ou ainda explicar.

O estudo feito na Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa, envolveu-se 12 entrevistados categorizados pela seguinte forma: o primeiro grupo pela direção da associação, incluindo os pais encarregados da educação das crianças, o segundo grupo pelas autoridades locais a Câmara e Junta de Freguesia na pessoas dos seus Presidentes, como afirma guerra, (2006) opor a um individualismo metodológico, que pretende entender os fenómenos macroscópicos sobre as bases de um funcionamento micro, a um holismo que considera todo o social, (Guerra, 2006:8).

Essas entrevistas foram feitas separadas, queremos dizer, cada entrevistado teve o seu tempo normal para que possamos explorar cada entrevistado o seu ponto de vista a respeito das perguntas elaboradas para a entrevista.

Foram elaborados temas que dizem respeito a Economia Social e Solidária, desde a sua Sustentabilidade e até a sua democracia interna. Por além de os envolvimentos que esses atores e a comunidade têm feito para as ações de desenvolvimento comunitário.

Numa perspetiva de Cathy Lewin (2011:3),

“todos os métodos e metodologias de pesquisas têm implicações éticas que defendem a qualidade dos dados da pesquisa (p. ex., o que os entrevistados dizem e fortemente influenciado pelo grau em que eles confiam no entrevistador”. Os nossos entrevistados sobretudo os pais e encarregados da educação das crianças, membros da secretaria administrativa e auxiliares, ou seja, professores (as) não demonstraram a vontade de fazer comentários a volta das perguntas colocadas. Assim percebemos que as suas comunicações não continham elementos de análise nesta dissertação.

O nosso trabalho teve como método de pesquisa, a metodologia qualitativa partindo de pressuposto de que uma pesquisa qualitativa é uma forma peculiar de fazer pesquisa social, Cardano (2011:107 [citando, Jonathan Potter 1997: 148-149, 2002: 541]).

Envolvendo dentro desse conselho para realização deste trabalho tornei-me um amigo da Póvoa da Santa Iria e da Vila Franca de Xira.

3.3- Enquadramento do Concelho de Vila Franca de Xira

A freguesia da Vila Franca de Xira. Freguesias: 6 (União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, União das Freguesias da Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, União das Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, Freguesia de Vialonga e Freguesia de Vila Franca de Xira)

- População Residente: 136.886 (fonte: Censos 2011)
- Densidade populacional: 429,7 hab./km²
- Área: 317,7 Km²

Concelho que integra características urbanas e rurais, a sua localização permite-lhe usufruir de um valioso património natural: da beleza do rio Tejo, à Reserva Natural do Estuário do Tejo.

A ligação secular às lides do campo e à criação de gado proporcionada por uma das mais vastas áreas do concelho – a Lezíria – confere a Vila Franca de Xira uma importante herança cultural que constitui uma das principais bases da sua identidade: a festa brava. Campino, touro e cavalo compõem um quadro único na vivência da região, que se foi estendendo a outras formas de expressão deste universo: matadores de touros; cavaleiros tauromáquicos; grupo de forcados; bandarilheiros. Vila Franca de Xira é, por isso, reconhecida como terra mãe de grandes nomes do toureio mundial. Nessa vasta riqueza cultural e patrimonial de Portugal, sentimos a necessidade de espelhar a sua identidade de concelho.

De referência é também o seu património histórico, com especial destaque para os núcleos antigos dos centros urbanos ou para as Quintas Municipais de construções apalaçadas e belas áreas verdes (Quinta Municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria; Quinta Municipal do Sobralinho e Quinta Municipal de Subserra, em São João dos Montes) ou ainda os Pelourinhos de Vila Franca de Xira e de Povos, e o Celeiro da Patriarcal (Vila Franca de Xira).

Outro dos seus atrativos é a gastronomia, cujo sabor está ligado à pesca e ao campo. Entre outras das suas ambivalências, especialidades mais típicas e saborosas da região. Mas acima de tudo, o Concelho de Vila Franca de Xira é caracterizado pelo espírito hospitaleiro das suas gentes, que mantêm acesa a chama de uma região recheada de tipicidade e tradições, que, na maior parte dos casos, chegaram intactas aos nossos tempos.

Imagem da Câmara Municipal.



A Freguesia da Póvoa da Santa Iria

Póvoa de Santa Iria é uma freguesia portuguesa do concelho de Vila Franca de Xira, com 3,95 km² de área e 24.277 habitantes (2001). Densidade: 6 141,4 hab/km². Foi desmembrada da freguesia vizinha de Santa Iria de Azóia, no concelho de Loures, em 13 de Abril de 1916. Aí permaneceu integrada até 1926, altura em que transitou para o município de Vila Franca.

Um surto de desenvolvimento industrial associado a um forte crescimento populacional contribuíram para a sua elevação a vila em 24 de Setembro de 1985, à qual se seguiu, volvidos poucos anos, a atribuição do estatuto de cidade, em 24 de Junho de 1999. Tem por oragos Santa Iria e Nossa Senhora de Fátima. As grandes festas da cidade ocorrem no primeiro fim-de-semana de setembro e são em honra de Nossa Senhora da Piedade.

Imagem da sede da Junta Freguesia da Povo da Santa Iria.



Autor: Suleimane Bari, 08/042020

3.4- Caracterização da APAC

A APAC, uma associação sediada na Póvoa de Santa Iria desde 1974 ao serviço da comunidade da Póvoa. A Associação Popular de Apoio à Criança nasceu através da constituição de uma Comissão Instaladora, com cerca de 4 homens e 3 mulheres, que se formalizou em sessão pública no cinema da Póvoa de Santa Iria, nos finais de 1974.

A Associação Popular de Apoio à Criança nasceu através da constituição de uma Comissão Instaladora, com cerca de 4 homens e 3 mulheres, que se formalizou em sessão pública no cinema da Póvoa de Santa Iria, nos finais de 1974. APAC - instituição de particular de solidariedade social com sede na rua Américo Costa, Quinta da Piedade-2625-160 Póvoa de

Santa Iria, pessoa coletiva n° 501103856, registada sob o n° 32/87 no livro 3 de IPSS. APAC - é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS). A Associação Popular de Apoio as Crianças (APAC), tem vindo a desenvolver as suas atividades em prol de desenvolvimento das crianças em Portugal. A Comissão funcionava totalmente em regime de voluntariado. Posteriormente, a comissão instaladora alargou o seu grupo, juntando-se a ela predominantemente mulheres e pessoas da vila.

Missão

A APAC, tem como a missão continuar a percorrer o seu caminho com todos os que dela fazem parte e todos os dias dão o seu melhor para tornar as crianças de hoje nos Homens e Mulheres de amanhã. É com esta conduta que em conjunto Instituição/Famílias poderemos manter a APAC em desenvolvimento.

Objetivos

Os objetivos gerais de APAC, são os seguintes: a contribuir para a qualidade educativa da instituição numa vertente psicopedagógica; facilitar relações interpessoais positivas; promover condições de desenvolvimento global e de aprendizagem para as crianças; aconselhar e formar os agentes educativos; articular redes de colaboração com a comunidade e diversos intervenientes; avaliar competências psicológicas (comportamentais, relacionais, emocionais e cognitivas); e implementar programas/projetos para o desenvolvimento dessas competências.

Regulamento das participações

O regulamento das participações que visa determinar as formas como os pais, ou seja, utentes Beneficiam dos escalões. De certa forma muitas acharam que os escalões não compensam as suas despesas com a instituição APAC. A Comissão funcionava totalmente em regime de voluntariado. Posteriormente, a comissão instaladora alargou o seu grupo, juntando-se a ela predominantemente mulheres e pessoas da vila. Ocuparam uma vivenda que se encontrava abandonada no Bairro da Soda – Póvoa. Esta ocupação foi comunicada às autoridades de então – Marinha. A comissão instaladora foi trabalhando, reunindo os seus esforços e abriu o Infantário, com 40 crianças, a que lhe deu o nome de Associação Popular de Apoio à Criança. Existia 1 Educadora de infância, 2 Auxiliares, 1 Funcionária da limpeza e 1 Funcionária da cozinha. A sede da Instituição funcionava na Escola Primária da Freguesia. Nesta altura decorria o ano de 1975. Os únicos subsídios existentes eram da Junta de Freguesia (60 contos mensais, durante 6 meses) e as contribuições dos pais, através de mensalidades, de

quantias simbólicas. As quantias a pagar eram iguais para todos. Como nesta altura não existia documentação que regulamentasse estas Instituições, a Comissão Instaladora decidiu realizar o Regulamento Interno e os Estatutos da Instituição. Para tal, recorreu às experiências pessoais e profissionais de cada um dos elementos e elaborou um documento normativo da Instituição. Entretanto, a Comissão Instaladora efetuou um pedido de um novo edifício ao Centro Regional de Segurança Social, mas foi por oferta do Governo norueguês que obteve um novo edifício/espço, situado na Quinta da Piedade, atual sede da Instituição. Decorria ainda o ano de 1975. Mais tarde, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira doa à Instituição o terreno e o edifício situado contiguamente à mesma. Nesta altura, a Comissão desdobra-se e forma a CERCI – Póvoa, cedendo-lhe o terreno e as instalações. Os elementos da Comissão distribuem-se entre as duas Instituições. A par do crescimento da população utente, o ATL começa a funcionar nas instalações do Palácio da Quinta Municipal da Piedade, no ano de 1978.

Em 1985 a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira cedeu instalações para a Delegação dos Caniços, onde funcionou até 1997 como Creche e Jardim de infância. Em 1994 foi feita a remodelação total da cozinha central, tendo cessado o funcionamento da cozinha na Delegação dos Caniços, que passou a copa. Em 1995, face à procura por parte das famílias e às dificuldades na construção de novos equipamentos de Creche, a APAC passou a ter a Creche Familiar, com 7 amas. Também em 1995 foram remodeladas as instalações da secretaria assim como da lavandaria, dispensa e gabinete contíguo. Em virtude da remodelação do Palácio e da construção de um novo pavilhão, o ATL passa a funcionar na sede central no ano de 1996, num pavilhão construído para esta valência. Em 1997 construiu-se o refeitório do ATL. Em 1998 foi feita uma remodelação nas instalações da Delegação dos Caniços, que passou a ter duas salas para o Pré-escolar. Ainda no ano de 1998 foi construída uma sala de Pré-escolar (contígua ao topo norte do pavilhão do ATL) e em 2000, uma sala de apoio à Creche Familiar. Nesse mesmo ano foi construído um pavilhão do Pré-escolar com 3 salas no piso inferior.

Em 2001 e 2002 foram feitos grandes arranjos nos recreios da Central (Creche/Pré-escolar) e Delegação dos Caniços (Pré-escolar). Em 2003 e 2004 foram concluídos os arranjos no recreio do Pré-escolar / Creche (na zona superior) e foram feitas as salas de acolhimento, vestiários, casas de banho e gabinete de reuniões e arrecadação no piso inferior do pavilhão do Pré-escolar.

Em 2005 foi adquirido um autocarro de 32 lugares e foram criadas zonas relvadas nos recreios da Central. Em 2006 deu-se continuação ao arrelvamento dos espaços exteriores da Central.

Em 2007 foi criado um Gabinete de Ação Social e no sentido de alargar a resposta às crianças e respetivas famílias, estendeu-se a valência do ATL ao 3º Ciclo, e foi aberta uma nova sala de Pré-escolar para 25 novos utentes. Nesse mesmo ano foi construído um campo de futebol de cinco e foram restauradas as arrecadações periféricas. O recreio do ATL foi recuperado e deu-se início à instalação de sistemas de ar condicionado na Instituição. Foi publicada a 1ª Edição do Boletim Informativo “Bola Amarela”.

Em 2008 deu-se continuidade à instalação dos sistemas de ar condicionado e foi adquirida uma carrinha ligeira de transporte (5 lugares) para apoio logístico a todos os setores da APAC. No decorrer desse ano procedeu-se à candidatura ao Programa PARES, para construção de um novo equipamento de creche, na II fase da Quinta da Piedade. Tendo em vista o aumento da segurança, foi adquirido equipamento de vídeo vigilância e substituiu-se a vedação da Sede em todo o seu perímetro. Foi contratada a empresa de nutrição BLOS, que passou a ter a responsabilidade da realização das ementas e da formação das funcionárias da cozinha.

Em 2009 deu-se a abertura de mais uma sala de Pré-escolar passando a lotação a nível desta valência para 218 utentes no seu total.

A APAC alargou a sua frota automóvel com a compra de um Minibus de 19 lugares. Procedeu-se à pavimentação e pintura do campo de futebol e foi colocado um novo piso na área circundante. Foi contratado um Pediatra para a realização de atividades na área da Medicina Preventiva. Em abril do referente ano iniciou-se a construção do novo equipamento de creche. Em novembro comemoraram-se os 30 anos da existência da sede da APAC.

Em 2010, a 6 de outubro, foi inaugurado o novo equipamento de creche que dá resposta a 70 utentes. Instalaram-se mais 5 unidades de ar condicionado, de modo a contemplar mais espaços da Instituição. No recreio da Delegação dos Caniços e no telheiro do ATL colocaram-se toldos e isolamentos de forma a oferecer maior conforto em dias de sol ou chuva aos seus utentes. Procedeu-se à aquisição de uma viatura com caixa isotérmica para transporte alimentar; colocaram-se cacifos nos vestiários dos utentes do ATL. Nesta valência realizaram-se melhoramentos tais como: revestimento do telhado e recuperação das paredes exteriores. Procedeu-se ainda à substituição da canalização do edifício da Sede (cozinha/creche/berçário). Em 2011 foi criado mais um espaço de Pré-Escolar (Delegação Chepsi) passando esta valência a integrar 236 utentes no seu total. Neste local, foram feitas obras de remodelação e foi recuperado o recreio.

No espaço do ATL foram feitas um conjunto de intervenções, nomeadamente no recreio, tanto no acesso ao campo de basket e área envolvente como no próprio campo. Para esta valência foram convertidas algumas salas: sala de atividade física para sala de 5º ano e a sala de reuniões/arquivo para refeitório/sala de estudo. Também neste sector, o aparelho de multifunções do recreio, foi restaurado. Ainda no decorrer deste ano, foram feitos alguns melhoramentos na Sede da Instituição, tendo-se procedido à substituição do chão do gabinete de Psicologia e do gabinete médico. A casa de banho do Pré-Escolar (Big Brother) e a sala de reuniões foram remodeladas. A sala de arrumos foi recuperada como sala de arquivo. O edifício da Delegação dos Caniços foi pintado e foram feitas algumas obras de manutenção no recreio.

Em 2011, a APAC adquiriu um Autocarro com 57 lugares, com o objetivo de melhorar e aumentar a resposta em termos de transporte (escolar), às crianças que frequentam a Instituição. O conceito das organizações sem fins lucrativos, desde os tempos remotos até à atualidade, tem-se revelado cada vez mais importante. As OSFL, representam um motor de desenvolvimento local (Simaens, 2012:6), com a conjuntura atual sente-se, ainda mais, a necessidade de haver uma boa liderança que, por conseguinte, estimule e educa os cidadãos a darem mais de si para o país. O mesmo se verifica no período atual da pandemia, em particular, na Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa.

Desafios: Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa

Vimos que APAC necessita diversificar mais, atendendo as exigências no setor onde ela atua. A nossa avaliação baseia-se numa lógica de financiamento através dos serviços prestados na comunidade. Isso leva-nos a fazer uma retrospeção das contas dos anos anteriores:

- Necessidade de financiamento;
- Relatórios das demonstrações dos resultados
- - Recomendações

Proposta de financiamento

Considerando a associação com a necessidade de financiamento associação tida em conta sempre teve apoio de Junta da Freguesia e apoio dos Pais, através mensalidades, de quantias simbólicas. As quantias a pagar eram iguais para todos. Com as análises de alguns relatórios de contas de APAC, 2011, 2013, 2015, 2016 e 2017. Existem valências comprovadas no terreno junto aos parceiros de Associação, parcerias com as autarquias, câmaras de Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia da união da freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, com a Direção

Geral de Reinserção Social, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca e com entidades externas, quando necessário, no intuito de se valorizarem as qualificações da APAC. Entretanto, a Comissão Instaladora efetuou um pedido de um novo edifício ao Centro Regional de Segurança Social, mas foi por oferta do Governo norueguês que obteve um novo edifício: 1. Redução das despesas; Mapeamentos dos fornecedores de Serviço Externo (Gás, eletricidade e água e outros) apostar nas energias renovais com menos impacto a comunidade e com mais rentabilidade financeira para associação. Isso permitiria a associação recorrer fundos da Banca ética, porque além de financiamento cria redes de locução com os seus pares; 2. Qualificar os técnicos de informática para diminuir as despesas nas reparações das matérias informáticas; 3. Sensibilizar os responsáveis de órgãos sociais a abdicar dos salários altos, mas sim, para tomarem em conta o objetivo da associação que é prestação de serviços a comunidade sem esperar o lucro; 4. Redução das despesas nos serviços extracurriculares; 5. Construção de espaço de lazer que possa minimizar as despesas de saídas das crianças;

Aumento das fontes de receita internas, por via: Identificação de fundos de financiamento através de mapeamento de novas redes de financiamento de organização do terceiro setor; organização como FEBEA; criação de hortas sociais que os seus produtos vão ser produzidos pela comunidade, e, esses produtos serão vendidos localmente e uma parte vai sustentar as despesas na compra de alimentos, e assim desenvolver um hábitos alimentares saudáveis; construção de uma escola de musica que possa beneficiar os alunos internos e externos através de uma contribuição simbólica iguais para todos; tem em conta a necessidade que o setor de música está a proporcionar nas comunidades; Outras fontes de financiamento para Associação, via: Parcerias e campanhas de angariação de fundos; quotizações dos pais e comunidade em geral; esse tipo de campanhas realiza-se no âmbito de crise; colonias abertas: Praia/Parque para as crianças à APAC, esses passeios vão ser cobrados um preço simbólico a cada criança; Fundo Social Europeu, esse fundo é para apoiar as iniciativas que possam criar emprego consequentemente uma paz social. O processo de associativismo parte de um voluntarismo ímpar que por um lado basear-se no princípio de solidariedade mútua. O espírito solidário dos participantes e de todos aqueles que desta ou daquela forma se quiseram associar a este evento, permitiu angariar 1 700 euros, os quais foram utilizados, a pedido da família, na aquisição de um Programa de Reabilitação Física de uma estudante. A solidariedade é sem dúvida uma das linhas orientadoras desta Instituição, que se materializa através destas ações. Acreditam os seus representantes, direção e funcionários, que só dando parte da sua vida pela vida dos outros, é possível mudar, ajudar e dar esperança a quem precisa. Quisemos assim fazer uma criança feliz.

Esperamos que as orientações de fontes de financiamentos indicadas serão tomadas em considerações pela Associação Popular de Apoio as Crianças (APAC).

Os planos que consomem essas despesas/gastos dos principais itens a enumerar são seguintes: outros rendimentos e Ganhos, prestações de Serviços e Quotas de utilizadores. No entanto, o valor dos rendimentos/receitas estimados de APAC para 2018 são de 2.554.043,16. Para responder os seguintes planos de atividades a realizar: deslocação, estada e transportes 35.001,00 Euros; Fornecimento de Serviços Externos, 148.550,00 Euros; Custo com Pessoal 1.773.615,29 Euros; Na realidade os valores apurados na demonstração dos resultados indicam que nos totais dos rendimentos 1946.830,00 Euros. são provenientes de receitas próprias da APAC (Prestações serviços, Quotizações e Joias, e Quota utilizadores (Matrículas/Mensalidades).

As principais Necessidade de Financiamento, os pais e as famílias são sujeitos a um estilo de vida acelerado e stressante. Por um lado, o mercado de trabalho é cada vez mais rigoroso e competitivo, o que exige dedicação, tempo e disponibilidade. Por outro lado, a preparação e execução, das tarefas domésticas também requerem muito tempo às famílias. Estas condicionantes deixam pouco tempo para estar com os filhos! Nessa ordem de ideia APAC sente a necessidade de cobrir esses problemas das famílias através de contratações de mais assistentes operacionais para mais ATL. Pensar em investimento nas instalações, recursos humanos de qualidade que possa minimizar as angústias dos pais encarregados. Esses custos são procurados junto aos parceiros internos e externo. Fazendo as contas junto as folhas de resultados das demonstrações dos resultados, conclui-se que:

As necessidades de financiamento da Associação nesse ano 2018 são: 34.211,74 Euros que vão ser utilizados para colmar as necessidades de financiamento. Muito embora que o resultado líquido (34.211,74 Euros). Doação e Heranças, dessa rubrica pode suprimir o saldo negativo verifica nos resultados líquido de exercício do ano transato na demonstração de resultados 2017. Procuraremos reequipar a Instituição quando e onde for necessário. Continuaremos a garantir a segurança das instalações na sede e na delegação da APAC. Manteremos o transporte das crianças para as escolas do 1º ciclo, e para onde for necessário, assim como continuaremos a assegurar serviços de transporte. para organizações privadas da área educativa e para outros agentes.

Demonstrações dos resultados

Em 2019/20 Foram consideradas, na elaboração da conta de exploração para o ano de 2018, os rendimentos e os gastos relativo ao ano de 2017. Portanto, os valores totais das despesas são de 2.588.254,89 euros e, 2020/21 os rendimentos ultrapassaram anteriores (muito embora o Estado não deixou as organizações as suas sortes devido à pandemia da covid-19, APAC foi um dos beneficiários). Nos documentos financeiros apresentados podemos verificar que a 31 de dezembro de 2020 a APAC, apresentou um total de rendimentos de € 2.315.986,98 (Dois Milhões Trezentos e Quinze Mil Novecentos e Oitenta e Seis Euros e Noventa e Oito Cêntimos) e um total de custos de € 2.504.867,59 (Dois Milhões Quinhentos e Quatro Mil Oitocentos e Sessenta e Sete Euros e Cinquenta e Nove Cêntimos) de que resulta um Resultado Líquido Negativo em 2020, após imposto, de € 188.880,61 (Cento e Oitenta e Oito Mil Oitocentos e Oitenta Euros e Sessenta e Um Cêntimos)⁷.

Os resultados apurados representam, comparativamente com os resultados do ano transato, as seguintes evoluções:

Diminuição da receita em € 223 090,88;

Diminuição da despesa em € 120 704,79;

Aumento do resultado líquido negativo em € 95 784,10. É do conhecimento geral a grave situação vivida no país, e em todo o mundo, no atípico ano de 2020, decorrente da pandemia Covid 19 que, fruto dos sucessivos estados de emergência e calamidade declarados pelo governo português, obrigaram as IPSS, com expressiva incidência nas Creches, Educação Pré-escolar e AT L, entre outros, a encerrar portas suspendendo durante um largo período os seus serviços e respostas sociais.

⁷ <http://www.apac.pt/apac/orcamentos-e-mapas-financeiros/parecer-do-conselho-fiscal/1167-parecer-conselho-fis>

Capítulo 4- Dados Recolhidos nas Entrevistas

4.1- Análises dos Principais Objetivos e Problemas da Instituição

As instituições das solidariedades sociais em Portugal têm enormes problemas com as ajudas públicas, que são poucas perante os seus objetivos operacionais. A APAC, recebia ajudas no passado do Estado, mas, com a pandemia tudo mudou, os problemas agravaram-se. Os problemas referentes as contratações dos técnicos nomeadamente os cozinheiros e ajudantes da cozinha para cobrir com as necessidades da sua procura, a nível do seu financiamento aos projetos de inovação e construção/expansão poucas expectativas para as suas implementações.

Fazer da Póvoa sempre no primeiro plano com os projetos educativos da APAC é um dos grandes objetivos para frente.

Instituir um ensino sempre de qualidade com a inovação e expansão para a comunidade da Póvoa. são dos objetivos que Associação Popular de Apoio as Crianças da Póvoa têm como propósito no medio e longo prazo.

Objetivos 1. A Associação tem como objetivo principal o apoio aos seus associados nas seguintes áreas: a) Infância; b) Juventude; c) Idosos; d) Sociocultural. 2. Secundariamente, a Associação propõe-se desenvolver o apoio à Comunidade em geral, nas várias vertentes da área Social.

4.2- Análise do Funcionamento e Democracia Interna da Instituição

APAC é uma instituição que se rege pelos princípios democráticos, constituída por seus órgãos estatutário para sua administração que são: 1.A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos. 2. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos doze (12) meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos. 3. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário. 4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião. Entretanto, tem um presidente que esta na direção mais do que 20 anos. Como é que se vê democracia interna da APCA? Tanto quanto sabemos as eleições são livres, candidata quem quer, e vota quem quer. O presidente já lá está há muitos anos. Eu conheço-o bem é uma pessoa muito experiente na área social. Com

importantes trabalhos na área social, feito de norte a sul do país. O dirigente da CNI (Confederação das Associações das IPSS), portanto, é uma pessoa muito sabedora na área. Tanto quanto sei as coisas funcionam. A democracia funciona se não entra mais ninguém. Provavelmente porque não querem. Até porque nas últimas eleições havia eventualmente uma ou outra lista que se tentou candidatar ou coisa que o valha. Não sei se chegou a fazê-lo. O presidente Casaleiro tem sido reeleito democraticamente as coisas funcionam sem preocupações sociais com os próprios trabalhadores também. Tanto quanto sabemos as coisas funcionam na sua normalidade temos uma relação próxima institucionalmente também.

4.3- Sustentabilidade Fatores e Desafios

O funcionamento no geral continua a dar garantias de qualidade assegurando uma resposta adequada às necessidades dos utentes, dos pais e dos trabalhadores da instituição. As atividades extracurriculares têm mais procura, nomeadamente a natação. Neste ano letivo iniciou-se a dança “embalaie” na valência da creche (2 anos). Temos tido ausências prolongadas por motivos de doença no setor da cozinha. Este setor tem como função assegurar refeições para os utentes, para os clientes que estão nas escolas, para a cantina social e para o serviço de refeições aos associados. Para solucionar este problema. A Direção contratou duas cozinheiras e uma ajudante de cozinha.

Noutros setores, para além de se terem criados melhores condições estruturais na Delegação dos Caniços aumentando a área do refeitório; colocou-se uma câmara de vigilância no portão que dá acesso ao recreio do ATL e do pré-escolar. Na área da informática colocaram-se mais computadores no ATL e nas salas de apoio às educadoras. Houve também investimentos noutros materiais e equipamentos de âmbito geral. Apesar de dificuldades que APAC atravessa em termos económicos e financeiros, temos honrado os compromissos com os trabalhadores, fornecedores e banca. Estamos em crer, que há perspetivas animadoras para podermos continuar a assegurar uma boa resposta aos utentes indo ao encontro da satisfação dos pais e dos associados.

4.4- Relação entre a Instituição e as Autarquias Locais

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira presta apoios de natureza financeira, material ou logística e técnica às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, os quais encontram-se disciplinados pelo Regulamento Administrativo Municipal de Apoio ao Movimento Associativo. No âmbito dos apoios financeiros, salientamos a atribuição de apoios ao investimento e à prossecução de atividades regulares no domínio do associativismo

solidário. Os apoios ao investimento abrangem, o apoio à realização de obras e grandes equipamentos, à aquisição de viaturas e à aquisição de pequenos equipamentos.

No domínio do apoio à realização de obras, as participações financeiras municipais englobam os projetos de arquitetura, as obras com cofinanciamento da Administração Central e as obras de construção, conservação, remodelação de instalações e grandes equipamentos. De referir que a concessão destes apoios está sujeita a um procedimento de apresentação e apreciação das respetivas candidaturas, que abrange o correspondente formulário e a entrega de diversa documentação, consoante o apoio que estiver em causa, previsto no Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo.

A determinação do valor das participações financeiras municipais obedece aos critérios, parâmetros e fórmulas de cálculo expressamente contemplados e disciplinados no Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, de acordo com o tipo de apoio a atribuir. De referir, a título de exemplo e com grande relevância para a vida, atividade e dinâmica das Instituições, que as obras cofinanciadas pela Administração Central, nomeadamente as que dizem respeito à construção ou requalificação de instalações e equipamentos onde funcionam as respostas sociais, onde se incluem as Creches, o Pré-Escolar ou as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, objeto de candidatura e financiamento pela Segurança Social, são participadas pela Câmara Municipal até 25% do montante considerado pela Administração Central para o cálculo da sua própria participação, com um limite máximo de 500.000,00€ (quinhentos mil euros). É um apoio financeiro muito relevante para as Instituições, no âmbito das instalações e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da sua atividade. Por fim, mencionamos também a possibilidade de atribuição de apoios financeiros extraordinários por parte da Câmara Municipal, expressamente prevista no Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, tendo em conta a ponderação especial do mérito das pretensões apresentadas, o trabalho desenvolvido pelas Instituições e a sua importância para a comunidade bem como o interesse público municipal relevante subjacente à concessão do apoio. Esta questão é muito importante. Nesta matéria, a diversificação das fontes de financiamento é fundamental, conjugada, naturalmente, com medidas de racionalização e otimização das despesas. Salientamos, nesta sede, a importância da rentabilização do património móvel e imóvel das Instituições; o estabelecimento de parcerias com empresas privadas no domínio da promoção da responsabilidade social; a relevância da obtenção de patrocínios e da angariação de donativos privados; a constituição de centrais de compras, partilhadas e utilizadas por várias Instituições; e a rentabilização dos recursos

disponíveis e das capacidades instaladas entre Instituições, que poderá incluir, também, uma partilha de recursos humanos especializados entre entidades.

Queremos, também, fazer uma especial referência à área da Educação e ao estabelecimento de parcerias de cooperação entre os Municípios e as Instituições Particulares de Solidariedade Social neste domínio, por via das quais é possível aproveitar, rentabilizar e potenciar os recursos existentes e disponíveis e a capacidade instalada nas Instituições, partilhando objetivos, meios, oportunidades e responsabilidades. Um exemplo concreto: o Município de Vila Franca de Xira tem vindo a firmar e a consolidar um conjunto de parcerias de colaboração com as Instituições nas áreas do fornecimento das refeições escolares, do apoio ao funcionamento dos refeitórios escolares e da Escola a Tempo Inteiro, englobando as atividades de enriquecimento curricular e as atividades de animação e apoio à família.

Com a APAC, temos um protocolo de parceria e colaboração através do qual, e mediante o pagamento dos valores respetivos, previamente consensualizados, a Instituição fornece refeições escolares e assegura o apoio ao funcionamento de refeitórios de várias Escolas públicas localizadas na Cidade da Póvoa de Santa Iria. Este caminho das parcerias de colaboração entre as Instituições e os poderes públicos, mormente os Municípios, que permite às entidades da economia social disponibilizarem, nas várias áreas do Estado Social, um conjunto de serviços de interesse geral e coletivo, é fundamental para promover e garantir a sua sustentabilidade.

No quadro das medidas aprovadas, a Câmara Municipal deliberou atribuir apoios financeiros extraordinários às Instituições Particulares de Solidariedade Social, em 2020 (abril) e em 2021 (março), cujo montante corresponde a três doze avos (3/12) do valor atribuído em sede de Programa de Apoio ao Movimento Associativo a cada uma das entidades, no âmbito da prossecução de atividades regulares. Os apoios mencionados visam contribuir para a garantia da manutenção da atividade e da sustentabilidade das entidades do movimento associativo solidário concelhio sem finalidade lucrativa e bem assim permitir o reforço da prestação de serviços sociais e de apoio social à comunidade e, em particular, a pessoas em situação de vulnerabilidade. De referir, também, a atribuição de apoios logísticos e materiais no âmbito da prevenção e do combate à COVID-19, designadamente a desinfeção de espaços e instalações e a disponibilização de equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas, batas).

Em suma, e no domínio do combate aos efeitos da atual pandemia, os apoios municipais às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho foram substancialmente

incrementados. A Câmara Municipal deve apoiar, estimular e potenciar a atividade das entidades da economia social, estabelecendo formas de cooperação, cuja estabilidade deve assegurar, e contribuindo para a sua sustentabilidade. O apoio à economia social deve ser uma prioridade no contexto das políticas públicas municipais.

A Junta Freguesia tem sido um parceiro de perto das instituições sociais na comunidade da Póvoa da Santa Iria em particular da APAC, é do nosso conhecimento que os custos que as instituições têm em pagamento não são devidamente cobertos por mensalidades dos utentes, a sua despesa é muito mais elevada. Da nossa parte em termos de apoio, nós temos apoios financeiros e logísticos que são contabilizados na totalidade. Muitas vezes damos mais apoio logístico de que financeiro, porque em bom rigor muitas destas grandes instituições em algumas circunstâncias têm inclusive orçamentos maior que a própria junta de freguesia.

Os apoios as vezes são trabalhos de colaboração e no fundo um trabalho em que sendo preciso algum apoio algum serviço a autarquia poderá estar disponível. Outra forma que nós encontramos também de apoiar as instituições é aproveitar aquilo que a instituição tem: por exemplo, a instituição tem autocarros muitas vezes é preciso fazer transporte. Ou temos outras instituições que precisa de transporte por exemplo as equipas desportivas etc. E em vez de estarem em alugar autocarros a empresas privadas a Junta de Freguesia no fundo acaba por contribuir alugando o autocarro da instituição em favor de outra instituição, é uma forma também que nós encontramos de poder ir apoiando as próprias instituições.

Houve aqui uma situação que para este tipo de instituições que funcionam com crianças e no caso da APAC, funciona com crianças desde o berçário até pelo menos secundária aquilo que foi a estratégia de ter uma escola a tempo inteiro, como as instituições públicas a terem desde o ensino pré-escolar até o ensino secundário.

Não havia nenhuma instituição pública ou privada com um bocadinho da característica da APAC. E quando nós começamos a abrir, começamos a reformular as escolas tendo o pré-escolar por exemplo este tipo de instituições como a APAC, Ressentiu-se. Houve muitos utentes que utilizavam a APAC passaram a ir para o pré-escolar público.

A Câmara Municipal no caso acabou em algumas circunstâncias por conseguir compensar de alguma forma esta situação. É possível onde as instituições têm capacidade para isso como é o caso da APAC podendo aproveitar os seus serviços para por exemplo servir refeições nas escolas. Portanto a Câmara contratou o serviço de refeição da instituição no sentido de poder

servir as cantinas escolares sendo também uma forma de apoiar a instituição e acabou de alguma maneira também compensar aqui alguma saída de utentes para instituições públicas.

Pergunta-se a economia social e solidária é uma alternativa para amenizar a pobreza da comunidade? Precisamente gostava de dizer que sim! Muitas vezes o serviço pago para manter as solidariedades comunitária, efetivamente fica muito acima desse custo e as pessoas não tendo capacidade para pagar as propinas não deixam de ter as crianças na instituição. Por isso nós somos conhecedores de muitos casos em que as crianças andam na instituição por um preço absolutamente residual e, portanto, porquê. Porque os pais não têm capacidade para pagar. Mas isso não significa que as crianças não tenham a possibilidade de ter um acompanhamento de qualidade numa instituição que efetivamente pode ajudar ao seu desenvolvimento e o seu crescimento e muitas vezes este tipo de instituições como a APAC tem um papel absolutamente fundamental no sentido de poder apoiar a sua própria comunidade principalmente os mais desfavorecidos. Nós temos investido na freguesia algumas instituições da dimensão da APAC. E eu, diria que são instituições que tem muitas centenas de crianças.

Esta freguesia nos mantém a ideia de uma freguesia que tem cerca de 45 mil habitantes e somos talvez das freguesias mais jovens do país, pois temos o outro extremo. Temos também muita gente idosa, mas somos das freguesias mais jovens do país e somos das freguesias que mais cresceu nos últimos 25 e, 30 anos. Só a Póvoa de Santa Iria o crescimento que teve na última fase da década de 90 ficou muito acima daquilo que foi a média de crescimento populacional nacional. Principalmente na última vez, na última década de 90 para 98 houve um acréscimo de construção na Póvoa de Santa Iria e muitas famílias que vieram residir para lá de Santa Iria também com o Forte da Casa, mas com maior incidência na Póvoa de Santa Iria o que fez com que a freguesia crescesse exponencialmente.

Depois há um papel que APAC tem na nossa freguesia que é um ator importante na Comissão Social de Freguesia que é um organismo que está institucionalizado que tem legislação própria e que é um dos parceiros desta comissão social e um parceiro ativo naquilo que é o apoio imediato. Quando aparece um caso de dificuldade de emergência social e regra geral nós recorremos frequentemente a APAC quando é preciso fazer um apoio (encaixar uma criança na instituição). Também quando é preciso apoio alimentar eles também estão presentes. Temos APAC como um parceiro importante também no âmbito territorial, já há muitos anos a esta parte sendo um parceiro bastante ativo. Esta é uma forma também de nós podermos em conjunto com uma instituição poder estar junto das próprias famílias que têm dificuldade. Muitas vezes há casos que são identificados de fora para dentro muitas outras vezes. Há

situações que são identificadas de dentro para fora. No caso da instituição que passa para a rede social onde é preciso depois outro tipo de acompanhamento que a própria instituição tem também seus mecanismos de ação social e permite identificar aquilo que são as dificuldades e as carências dos seus próprios utentes e das famílias, pois em conjunto tentamos procurar soluções para ajudar as pessoas e neste trabalho de rede. Coloca a nós autarquia também próximo das famílias que são atendidos da porta da APAC e do IAC ou até uma ONG CIPO e, portanto, fazemos em conjunto um trabalho importante. E apesar de agora estarmos a desconfinar um bocadinho tudo indica que se calhar daqui a pouco estamos outra vez a despertar. Mas tivemos sempre para com as instituições a mesma abertura de sempre no sentido de poder apoiá-los naquilo que foi necessário. No caso da APAC tiveram também a infelicidade de passar por eles alguns casos de convite da internet. Na altura foi preciso apertar mais um bocadinho. Foi preciso equipamento, foi preciso material máscaras porta luvas e, nesse aspeto nós acabamos por estar presentes com as instituições, fizemos um investimento na totalidade das instituições de valor superior a 30 mil euros e estamos a falar só de equipamento informático. Estamos a falar de viseira de fatos descartáveis enfim tudo aquele material de proteção individual, um gel desinfetante para as mãos para as superfícies. Fizemos um investimento grande essencialmente no ano passado nas instituições de forma a que elas pudessem também combater a pandemia. Foi um trabalho conjunto de uma parceria que já vem há muitos anos a esta parte que já começou antes de eu aqui estar. Continuou comigo e com toda a certeza de continuar com os autarcas que vierem a seguir porque este trabalho de parceria com as instituições é uma coisa que está bem enraizada naquilo que é a nossa forma de ser e que está com toda a certeza vai continuar.

Alguns desafios que se colocam as Instituições Particulares de Solidariedade Social frente como a estes novos desafios que se colocaram nos últimos anos a escola a tempo inteiro com as dificuldades económicas das famílias com rendimentos das próprias famílias e com a impossibilidade de as instituições gerarem receita. São matérias que as instituições terão que lidar para o futuro e tentar criar estratégias para poder criar a sua própria sustentabilidade. Porque é um trabalho que não é fácil quando nós temos famílias que não podem pagar a mensalidade. Mas temos uma estrutura para manter, porque todos os meses há despesas que são fixas (e a água os alimentos tem que se adquirir). Apesar de terem esse apoio do Banco Alimentar, mas é preciso sempre adquirir alimentos para poder confeccionar. É preciso ter luz (a energia) para trabalhadores desenvolverem os seus trabalhos, seja na cozinha na limpeza os auxiliares as educadoras, os auxiliares das salas enfim é preciso ter toda uma estrutura montada

para quem a própria instituição também não pode faltar. Nomeadamente naquilo que é o pagamento dos seus vencimentos porque ninguém trabalha de graça para a instituição poder ajudar outras famílias. É importante também que tenha as pessoas da sua responsabilidade tranquilas daquilo que estão a fazer e com a cabeça descansada porque sabem que quando chegar ao final do mês tem o seu ordenado. E isso é uma base que é absolutamente fundamental para que todos tenham capacidade de tratar uns com outros de forma que precisam.

O facto de estas instituições não terem propriamente nenhuma fonte de rendimento extra com todas estas dificuldades e com concorrências variadas por exemplo. Nos últimos anos começaram a aparecer na freguesia centros de estudos, mas sei que não é exclusivo aqui da freguesia. Os centros de estudos terão como primeira finalidade algumas explicações. Eu tenho uma sala eu tenho aqui três ou quatro minutos, eu vou explicar rapidamente e, as explicações passaram a fazer em muitas circunstâncias a mesma tarefa de um ATL como por exemplo da APAC, que é cuidar das crianças durante aquela tarde ou aquela manhã. Portanto eu não vou pôr a criança na instituição porque vou pagar mais, mas vou pôr a criança no centro de estudos. Porque se calhar um bocadinho menos ainda tem quem o trabalho de casa vai ajudar fazer. Esta concorrência tem sido bem complicada para muitas instituições de ensino na freguesia, acabou por ser concorrencial.

Nós perguntamos como é que estas instituições vão poder sobreviver daqui a oito dez doze anos. Se as pessoas continuarem a perder rendimento e se as famílias não tiverem capacidade de pagar as suas obrigações. Mas a empresa vai continuar trabalhando como é que vai fazer. As instituições não vão deixar de pagar o gás, não pode deixar de pagar aos seus trabalhadores. Como é que vai fazer. Tem que se reinventar. E como é que se reinventa, não é fácil.

A APAC cresceu muito, APAC agora tem dois edifícios tem três edifícios o edifício mais recente e mais moderno, mas foi um investimento muito grande por parte da instituição e envolveu também a Câmara Municipal e o governo. Criou-se novas condições para que pudessem ter mais utentes e com outras condições. Mas também tem custo, apesar de ser equipamento novo tem que ter o seu tempo de vida. Se eu faço um investimento melhor nas instalações para ter mais gente, para prestar mais serviço e depois não tenho utentes. Como é que eles sobrevivem. Qual é o futuro destas instituições? Isso não é fácil. Eu acho que eles vão passar muitas dificuldades. E não é possível por exemplo a Freguesia apoiar esse aspeto. Porque nós não temos capacidade financeira para poder apoiá-los na maioria destas situações. Já que atualmente também há condicionantes. E depois porque não são só a única instituição e, portanto, todas elas sofrem com este problema. Mesmo aquelas que hoje continuam a

modernizar e aumentar as suas instalações, amanhã vão ter problema, porquê? Porque as manutenções vão ter que ser feitas ou tem que ter mais gente para aquelas instalações. Mas se tiverem menos utentes, ou os utentes que não puderem pagar, como é que vão sobreviver no futuro se não houver mais apoio. Mas os apoios têm de ser vistos numa ótica governamental do Estado central para com as instituições de solidariedade social daqui qual é o critério para nós: Como não temos capacidade financeira para apoiar de forma robusta as instituições nós temos um critério um bocadinho abrangente apesar de que nós temos um plano um programa de apoio ao movimento associativo. As regras estão definidas, portanto todas elas podem candidatar a apoios com um determinado tipo de requisitos porque querem aquilo que nós tentamos fazer é privilegiar apoios logísticos em vez de apoios financeiros sabendo que uma instituição como a APAC, nós não temos capacidade de poder apoiar financeiramente. Porquê. Porque não são 200 ou 300 euros que vão resolver um problema que eventualmente seja estrutural da APAC. As instituições como APAC que tem orçamentos maiores do que a Junta de Freguesia, nós apoiamos financeiramente estas instituições é como se fosse uma gota de água no oceano. Não faz sentido nenhum, muitas delas têm orçamentos duas três vezes superiores que a junta freguesia. Portanto se tiverem igual ao nosso já estamos a avaliar por igual por igual. Temos um orçamento de um milhão e 800 mil euros. Muitas destas instituições têm orçamentos muito superiores, portanto nós para apoiar financeiramente estas instituições devíamos ter o orçamento da ordem dos 7, 8 ou 10 milhões de euros. Portanto, mas quando uma delas precisassem de apoio financeiro então nós diríamos temos aqui 200 ou 300 euros para poder apoiar. Por isso é que privilegiamos muitas vezes aquilo que é o apoio logístico que é muito mais simples para nós e muitas vezes muito mais para a instituição.

A nossa resposta é quase residual porque apesar de termos regulamentado aprovado em assembleia de freguesia o nosso programa de apoio ao movimento associativo é pouco quantitativamente. Estamos tão limitados naquilo que é o apoio só para ter uma ideia. Nós financeiramente para o apoio ao movimento associativo. Nós escrevemos em rubrica anualmente cerca de 5, 6 mil euros. É uma coisa absolutamente residual numa instituição como APAC que tem um orçamento muito superior a um milhão e meio de euros. Sabemos que eles não venham pedir dinheiro, porque sabem que nós não conseguimos apoiá-los financeiramente. Da forma como eventualmente poderíamos. Mas sim a Câmara Municipal tem outra capacidade.

Quando a câmara municipal diz as instituições vocês podem fazer comidas e, queremos que vocês forneçam as refeições. É isso que a Câmara Municipal faz com o caso de APAC que é

uma das Instituições a quem a Câmara Municipal no fundo contrata para fornecer as cantinas das escolas. E aí, sim a Câmara tem a capacidade de poder pagar milhares de euros a esta instituição em troca de um serviço que é uma forma de apoiar. Este apoio é analisado e aprovado em Assembleia Municipal e, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O nosso apoio é mais no dia-a-dia de forma residual, por exemplo para gente da ação do dia a dia. Olha vamos lá. Olha é preciso um carro a custo zero. Ok então nós contratamos porque a instituição precisa transportar uma equipa de futebol para ir ao Porto jogar em vez de uma carreira particular ou carreira pública ou uma empresa privada.

Quando cheguei a freguesia só para ter uma ideia em 2005. Havia um hábito que estava enraizado, quando as instituições faziam anos, quando era aniversário. O presidente da Junta levava um cheque para entregar a instituição. Isso que se fazia aqui. Da primeira vez que isso aconteceu, o meu gabinete de apoio avisou me que esta semana a aí aniversário da instituição XPTO, mas não tinha critério. Não quero falar sobre isso. Todos vão estranhar. Nós acabamos com esses tipos de cheques que não tinha planos prévios. Nós estamos disponíveis para apoiar, agora nós temos que saber o que é que estamos apoiando. Tem que haver regras e eu, sei que eu vou apoiar esta instituição, mas com que finalidade do apoio. Sei que nós vamos apoiar essa instituição. É por isso que nós muitas vezes privilegiamos o apoio logístico, porque sabemos que, quando é preciso uma máquina, a gente sabe que é para ter um cano, é para cavar um buraco entre outros. Ainda ontem recebi um telefonema do presidente de outra instituição agradecer o facto de nós termos ido lá fazer uma coisa tão simples como cortar o mato. Porque se a instituição tivesse que pagar ia pagar centenas de euros. E nós tivemos uma equipa de três ou quatro homens praticamente o dia inteiro para limpar, cortamos o mato trouxemos todo o lixo e a instituição ficou impecável. Isso ficou claro para nós que é dinheiro. Se nós formos traduzir quanto custou três ou sete horas para fazer o trabalho, calculando o gasto da máquina, mais o gasóleo da máquina e mais as viaturas que lá tiveram. Se nós formos traduzir isto são centenas de euros que a instituição não pagou. E são centenas de euros que a autarquia investiu naquela instituição naquele dia. Nós consideramos tudo aquilo que é dinheiro e o que não é. Nós contabilizamos tudo termos a tabela das taxas, sabemos quanto que é custo do trabalho a hora, quanto custa o trabalhador a hora, quanto custa a máquina, custo da viatura multiplicando pelas horas de trabalho. Dai sabemos qual foi o nosso apoio. Portanto, nós sabemos que privilegiamos esse tipo de apoio isto porque sabemos que é direto, nós estamos lá, os homens estão lá está limpo está feito com nosso apoio visto que não é uma coisa de toma lá dinheiro

que a gente não sabe onde que vai. Nós mudamos o paradigma de apoio às instituições, portanto estamos mais presentes estamos mais próximo.

Temos uma linha aberta diariamente. Todos eles têm o meu contacto telefónico e eu tenho deles. E, quando precisam alguma coisa ligam. As vezes é menos burocrático, precisa de cortar o mato, manda um email para ficar registado, já entra no gabinete estando nós fazemos uma ordem de serviço quando é possível vamos lá fazer o trabalho fica registado e contabilizado. é muito mais seguro do que estar a dar o dinheiro que a gente às vezes pode não saber para onde vai. Fazemos isso com todas. Por exemplo há uma instituição que precisa deslocar a sua equipa de futebol a um determinado local para fazer um jogo. Temos aqui algumas equipas e temos aqui equipas até que disputam campeonatos nacionais como é o caso da equipa de futebol feminino do Futsal da 1ª divisão nacional. Muitas vezes tem que se deslocar o próprio clube não tem meio de transporte, muitas vezes recorrem a nós próprios para arranjar o meio transporte. Nós criamos duas hipóteses alugamos o transporte ou damos 300 euros para transporte e aqui como é que fazemos. Nós contactámos as instituições e ninguém tem um autocarro disponível. Portanto, como temos APAC muito mais perto perguntamos quanto custa autocarro por exemplo até que fique 200 euros, então nós pagamos esse autocarro. Portanto, nós estamos a contratar um serviço de instituição pagamos uma coisa que é certa toda a gente sabe e vai mandar o recibo, mas serve para outra instituição também porque vai usufruir daquele apoio. Pagamos para apoiar duas instituições no máximo uma vez só, apoiamos aquela com aluguer do autocarro e apoiamos a outra com a disponibilidade autocarro. Disponibilizamos o autocarro se não houver um autocarro disponível. Falamos com a seleção não há outro autocarro disponível. Vocês conseguem contratar um autocarro e, nós pagamos e pedimos o recibo. Ok! o pagamento é feito para aquele serviço não é uma coisa que a gente não sabe o que é, nós trabalhamos aqui desta forma aqui sabemos concretamente para onde é que vai o apoio ao dinheiro que é disponibilizado com uma logística disponibilizada e nós garantimos que o apoio efetivamente é bem utilizado para aquilo que foi pedido.

Nós temos a obrigação de gerir bem este dinheiro. Eu percebi isso pra nós é fundamental e temos trabalhado com mais de 20 associações diferentes ramos, diferentes âmbitos: desportivo, cultural e social e, portanto, trabalhamos com todas da mesma forma. Há uns que pedem mais apoio, outras pedem menos e a uns que não pedem nada e, portanto, são autossuficientes não precisam. Mas quando é preciso nós estamos disponíveis para ajudar.

Por exemplo o caso de APAC que pede menos apoios da junta freguesia, a APAC tem centenas de utentes essa gente à partida pelo menos tem um pai e uma mãe. Estamos a falar da

duplicação daquilo que no fundo é o público alvo que é o utente pelos seus progenitores, tem desde logo uma abrangência duplicada. Sendo uma instituição tão enraizada na freguesia ele mantém um evento muito giro no final de cada ano. O ano passado não foi possível realizar esse trajeto que é um arraial de fim de ano e o arraial ainda é aberto a toda a comunidade não é aberto só aos utentes, é toda a comunidade, é feita nas instalações da APAC, mas é aberta toda a gente, toda a gente pode ir lá e tem comida, bebida, espetáculos, jogos e eles fazem bolos e peças que vendem naquele mesmo dia e, portanto, têm um evento aberto a toda a comunidade em que vão ali milhares de pessoas e muitas pessoas vão conhecendo a instituição. As pessoas interagem com a instituição e quando há alguma situação as pessoas apoiam.

Já houve campanhas de solidariedade, eles fazem anualmente uma corrida solidária com os utentes da instituição e também com os pais dos utentes é também aberto ao exterior. Essa corrida solidária tem sempre o objetivo de apoiar uma causa, por exemplo temos muitas crianças que precisam de cadeiras de rodas porque têm problemas de saúde e a corrida deste ano é para ajudar a comprar aquela cadeira de rodas e as pessoas pagam a inscrição. Depois as receitas são apresentadas à família. Isto tem um impacto direto na vida da comunidade porque todos contribuíram para aquela causa. por exemplo as colónias de férias, APAC levou os miúdos à praia um programa de colónias de férias não é só para os utentes da comunidade.

Mas quando chegava a altura da colônia de férias eles iam a praia com a instituição porque era possível abrir as portas a comunidade. A instituição é aberta à comunidade e, portanto, aquilo que fazem tem naturalmente impacto na comunidade e tem impacto desde logo porque não só por ter centenas de utentes têm porem seus pais, e por terem as suas famílias para quem a instituição possui um apoio importante para milhares de pessoas que interagem com a instituição e milhares de pessoas que absorvem aquilo que é desenvolvido pela própria instituição.

Capítulo 5- Conclusões

As Instituições Particulares de Solidariedade Social têm vindo a desenvolver-se em Portugal nos últimos tempos. A lei base da economia social e a carta verde da união europeia que estimulam os Estados membros a cumprirem com certos normais plasmada na carta. APAC- Associação Popular de Apoio as Crianças é muito antiga de ponto vista da sua firmeza na Acção social em Portugal e além-fronteira, tem parceira com a Escola Nova Geração de Bissau. Em resumo, a economia social, para além do seu peso quantitativo, tem vindo, nos últimos anos, a afirmar o seu espaço político democrático e social de contribuir eficazmente para a resolução dos novos problemas sociais e exigindo o reconhecimento teórico conceitual. Por outro lado, tem conseguido reforçar a sua posição como instituição indispensável a um desenvolvimento económico sustentável e estável, a salários mais justos e a uma redistribuição da riqueza, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais, corrigindo os desequilíbrios do mercado trabalho e, em resumo, aprofundando e reforçando a democracia política e económica.

Concluimos que a sua democracia interna funciona a moda antiga (menos candidatos nas suas eleições (menos vozes contrárias ao poder instalado)).

Constatamos avanços em termos de construções de novos estabelecimentos. Instalações modernas, com equipamentos modernos para aprendizagem das crianças.

Entretanto, os pais por outro lado criticaram os preços que comporta nas suas atividades escolares e extracurriculares.

Nas conversas que tivemos com o presidente da APAC, esta é uma instituição sustentável para enfrentar os desafios futuros, assim ela sempre estará presente na comunidade da Póvoa para servir as suas crianças.

A APAC é uma Instituição muito enraizada na sua comunidade. Os povoenses identificam-se com a Instituição. Tem um impacto relevante e significativo na vida comunitária, em especial nas suas valências ligadas à infância, em que promove e dinamiza respostas sociais de grande importância para as famílias e no âmbito do apoio às famílias, ao nível da Creche, do Pré-Escolar e das Atividades de Tempos Livres. Para além, naturalmente, da prestação de serviços de apoio social aos seus associados e aos cidadãos e famílias mais vulneráveis da comunidade.

As crises têm múltiplas vertentes e causas: económicas; sociais; e sanitárias, tal como sucede na atualidade. O papel das entidades da economia social e, em particular, das Instituições Particulares de Solidariedade Social é fundamental em várias áreas: no apoio social

direto aos cidadãos e às famílias mais vulneráveis; na promoção de respostas sociais muito relevantes, designadamente nas áreas da infância, do apoio aos idosos e da deficiência; na prossecução da coesão social; no contributo para o desenvolvimento local e regional; na criação e sustentação do emprego; e na contribuição para a inovação social.

5.1- Principais Conclusões Sobre a Sustentabilidade da Organização

A APAC, tem tido mostrado resiliente de acordo com as avaliações e observações feitas ao longo deste estudo caso dentro dessa organização. Vimos confrontados num momento de crise pandémica uma instituição de solidariedade social (IPSS) sem, no obstante mudar as suas estratégias de funcionamento ao que parece nas outras instituições congéneres. A APAC demonstrou que é sustentável tendo em conta que carece de ajuda de Estado para melhor fazer uma cobertura eficaz das suas atividades na comunidade da Póvoa de Santa Iria.

5.2- A Relação Entre a Organização e os Princípios da Economia Social e Solidária

A APAC, no que tem sido divulgado nos seus programas de ação respeita os princípios de reciprocidade e entreajuda que caracteriza as organizações de economia social e solidária. As corridas solidárias que tem como finalidade apoiar as crianças com carência entre outros. Os lucros obtidos pela organização não repartidos pelos sócios. A APAC, tem como a finalidade satisfação das necessidades fundamentais da comunidade da Póvoa através das ações de ensino e educação.

5.3- Sugestões: Medidas de Políticas de Apoios a Organização

As IPSS, e as Associações sem fim lucrativos e ONG de caráter social e solidário são considerados membros fundamentais do Estado para o bem-estar social em Portugal, desta forma devem ser tratadas com zelo para que possam continuar a fazer essa missão nobre a que sociedade e as suas comunidades lhes atribuem.

5.4- Futura investigação

A Economia das Organizações Social e Solidária é uma área de estudo que permite o início de várias outras pesquisas fundamentais para a compreensão da realidade social. A sustentabilidade uma das perguntas de partida do nosso estudo dá-nos de entender que o seu estudo é mais importante e permanente para essas organizações sociais sem fins lucrativos.

Desta maneira o seu modo de financiamento para manter as atividades coerente da organização merece estudos claros e estratégias que poem em cima de tudo a satisfação social.

Estudar no futuro os critérios de financiamentos das IPSS ao meu ver permite aliviar muitas burocracias de apoios que estado cria ou seus parceiros (IPSS, outras associações a fins).

5.5- A Sustentabilidade Organizacional da APAC

Frente a situação da Sustentabilidade a APAC, tem demonstrado resiliente em certos domínios da sua execução como organização. Os aspetos financeiros foram sempre sustentados com os diferentes formas de inovar concernente aos serviços prestados que lhe serviu de fontes de rendimentos para fazer cobro as suas despesas gerais.

A Covid-19 foi um exame para Associação Popular de Apoio às Crianças (APAC). APAC, continuou a prestar os seus serviços na comunidade da Póvoa, muito embora com “apertar do sintó” (Entrevista, Presidente: 2018). A APAC é uma Instituição muito enraizada na sua comunidade. Os povoenses identificam-se com a Instituição. Tem um impacto relevante e significativo na vida comunitária, em especial nas suas valências ligadas à infância, em que promove e dinamiza respostas sociais de grande importância para as famílias e no âmbito do apoio às famílias, ao nível da Creche, do Pré-Escolar e das Atividades de Tempos Livres. Para além, naturalmente, da prestação de serviços de apoio social aos seus associados e aos cidadãos e famílias mais vulneráveis da comunidade.

Eu quero acreditar que vamos todos ter capacidade de conseguir aguentar. É se calhar a parte da gestão de Covid-19 para as instituições, é o maior desafio continuar a trabalhar e ao mesmo tempo apoiar as famílias. Pode ser um problema no futuro face às situações idênticas. Porque se as famílias não tiverem capacidade de pagar a instituição, a instituição pode não ter condições para aguentar. Eu quero acreditar que mesmo que com os apoios da Câmara Municipal, da Segurança Social e do Estado Central, este tipo de instituições de apoio particularmente APAC vai conseguir ultrapassar este momento mais difícil. Porque tem uma estrutura bem montada que foi conseguindo crescer de forma inteligente ao longo dos anos. Portanto cresceram na medida daquilo que era possível aguentar e isso às vezes não acontece. E depois agravante com esta situação da Covid-19 na qual vem passando agora mais de um ano tornou-se tudo muito mais difícil. A APAC é o caso de estudo. Eles vão conseguir aguentar. A gente não pode dizer, nada está garantido a ninguém, projetada e garantido. Com a estrutura que APAC tem hoje tem condições para conseguir aguentar.

Mesmo que seja preciso ajudar, com apoios que há da segurança, social, da Junta freguesia, da Câmara Municipal e do Estado Central este tipo de instituições e APAC particularmente vão conseguir ultrapassar este momento mais difícil. A certeza de que vão conseguir ultrapassar, toda esta fase difícil e conseguir cumprir o seu objetivo que é poder ter crianças na Póvoa de Santa Iria.



Imagem da creche APAC, Fonte: APAC

A APAC, mantém um protocolo com a PETIT GYM, para a realização de atividades desportivas na instituição (Karaté, Ballet, HipHop, Ginástica Infantil e Dança kids) que envolveram, neste ano, media de 62 utentes. A APAC mantém um protocolo com a Gesloures para a prática da natação envolvendo 40 utentes. A crise económica, financeira e social que tem vindo a afetar o país nos últimos anos, agravada pelos efeitos da Covid-19, tem originado dificuldades para todos nós, mas não impediu que um grupo de associados, se tenha disponibilizado a candidatar-se aos corpos sociais da APAC, no quadriénio 2021/2024.

A APAC como instituição particular de solidariedade social sentiu estes efeitos, tendo passado por dificuldades, mas a procurou sempre desenvolver todos os esforços para garantir a sustentabilidade e honrar os compromissos de forma manter uma resposta de qualidade às crianças.

As mulheres e os homens que integram a Lista A, concorrente às eleições dos corpos sociais da instituição, têm consciência das dificuldades, conhecimento da situação e vão procurar com espírito de equipa, empenho, dedicação, competência e seriedade, dar continuidade ao trabalho realizado em anteriores mandatos, no sentido de manter e se possível melhorar a APAC, como instituição de referência na Póvoa de Santa Iria e no concelho de Vila Franca de Xira e, desta forma, assegurar a qualidade dos serviços aos utentes, famílias e comunidade em geral.

Área Pedagógica

Neste quadriénio 2021/2024, a equipa terá o desafio de manter e melhorar os padrões de qualidade na Área Pedagógica, a bem dos utentes (crianças), levando à prática o Projeto Educativo e os Planos de Atividades, por sala ou grupo. As atividades extra de acordo com os escalões etários e disponibilidades dos utentes, tendo em vista as crianças e as suas necessidades particulares. Envolvendo cada vez mais as equipas técnicas, os pais e as famílias no processo de crescimento e educação das crianças, procurando, que este processo educativo seja um trabalho de equipa e que os pais se sintam satisfeitos com o processo de aprendizagem e evolução dos seus filhos.

Recursos Humanos

Os Recursos Humanos são um dos pilares do funcionamento da APAC. Sem eles a Instituição não existia, cada um deles é fundamental na resposta às necessidades quotidianas da Instituição. Os responsáveis da APAC, tudo farão para que os profissionais aperfeiçoem as suas competências, com o objetivo de manter e melhorar os níveis de qualidade e, conseqüentemente se continue a ser uma Instituição de referência.

Saúde

Tendo em conta a experiência do passado, continuaremos a manter o apoio às crianças e aos colaboradores, no âmbito da medicina preventiva e curativa, com consultas regulares. Assim como a medicina do trabalho. Manteremos o apoio de uma empresa de nutrição que, para além de elaborar as ementas, organizará ações de formação para as funcionárias da cozinha e para os demais elementos da “Família APAC”, em prol de uma alimentação saudável e responsável. Renovaremos os protocolos formalizados com algumas entidades, nas áreas da terapia da fala e outras. Manteremos a resposta nas áreas da psicologia clínica e educacional.

Rede Social

Continuaremos a colaborar com o Conselho Local de Ação Social de Vila Franca de Xira, da qual somos membros, assim como com a Comissão Social da Freguesia, na qual participamos. Articularemos a nossa atuação, sempre que necessário, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Franca de Xira, assim como com outros organismos da rede conce-
lhia.

Parcerias

Continuaremos a dinamizar parcerias com as Autarquias, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa,

com a Direção Geral de Reinserção Social, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira, com o Centro de Formação Profissional de Alverca, assim como com privados (da área de ensino) e outros.

Formação

Daremos continuidade às ações de formação para os funcionários e colaboradores, com formadores internos, e disponibilizaremos meios/condições para realizar ações de formação com entidades externas, quando necessário, no intuito de se valorizarem as qualificações dos profissionais da APAC.

Comunicação/Informação

Procuraremos melhorar a forma de comunicação/informação com os pais/familiares dos utentes, através de comunicados, sítio institucional (internet), via e-mail, em reuniões ou atendimentos pessoais. Continuaremos a editar, com a periodicidade possível, o boletim informativo da APAC, “Bola Amarela”. Sempre que possível, promover-se-ão ações de sensibilização para os pais e familiares das crianças com temáticas viradas para a infância e outras.

Instalações/Transportes/Manutenção/Serviços

Manteremos as instalações, os espaços envolvente, recreios, zonas verde e viaturas com manutenção adequada e contínua. Procuraremos reequipar a instituição sempre que possível e necessário (brevemente colocar-se-á um telheiro com estrutura metálica no recreio dos caniços). Continuaremos a reforçar as condições de segurança com a instalação nos locais adequados de um novo sistema de segurança para melhor controlo de saída e entrada das crianças, familiares e funcionários. Procuraremos otimizar custos, tendo como principal foco a energia e a água. Manteremos o transporte dos utentes e clientes para as escolas do primeiro ciclo, assim como, continuaremos a prestar serviço de transporte para organizações privadas da área educativa e para outras da comunidade. Se houver disponibilidade financeira e apoio de entidades, nomeadamente do município, através do programa de apoio à aquisição de viaturas, iremos adquirir uma nova viatura para o transporte de crianças, uma vez que nas finais do ano 2021, uma delas atingirá o tempo limite de circulação.

Respostas Complementares

Continuaremos a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos das escolas básicas da freguesia, serviço recentemente alargado aos alunos da Escola Secundaria D. Martinho Vaz de Castelo Branco, assim como, aos trabalhadores da junta de freguesia e para crianças de algumas

organizações privadas da área educativa. Enquanto prevalecer o protocolo com a segurança social, continuaremos a fornecer refeições aos utentes da cantina social. Na base de um recente protocolo com a Associação de Pais de Alunos da D. Martinho, iremos dar continuidade ao apoio nos prolongamentos de horários e interrupções letivas nas escolas básicas nº 3 e 4 (AAAF's e CAF's). Procuramos retomar o serviço takeaway para associados, assim como, de outros eventos (festas de aniversário para crianças). Quando houver condições, retomaremos as atividades complementares, como colónias, natação, ballet, karaté, dança, música e yoga.

Iniciativas

Havendo condições retomaremos a tradicional festa de final de ano letivo (arraial), da festa de natal, bem como, outros eventos enquadrados no plano de atividades da APAC.

QUADRO 1 – Escalonamento para cálculo das CF

ESCALOES	%	Rendimento per Capita
1º	<=30%	Até 174,00 Euros
2º	>30% e <=50%	174,01 Euros a 290,00 Euros
3º	>50% <=70%	290,01 Euros a 406,00 Euros
4º	>70% <=100%	406,01 Euros a 580,00 Euros
5º	>100% <=150%	580,01 Euros a 870,00 Euros
6º	>150%	870,01 Euros ou superior

RMMG = 580,00 Euros

Bibliografias

AMARO, R. R. (2009). Revista de Economia Solidária nº1. ACEESA.

AMARO, R. R. (2011). A crise económica: 157-171. Junho 2011⁸

AMARO, R. R. (2016). Os desafios da gestão das organizações de Economia Solidária. Edt. ACEESA, Lisboa, 2016.

AMARO, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. Cadernos de Estudos Africanos, 4: 35-70.

AMARO, R. R. (2011). Projeto ECOS - Proposta de um Referencial Conceptual e Metodológico para a Construção de um Indicador de Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária. Revista de Economia Solidária, 3: 156-171.

AMARO, R. R. (2016). A Sustentabilidade das Organizações de Economia Solidária - proposta de conceptualização e de avaliação. Revista de Economia Solidária, 10: 98-123.

AMARO, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e Noflay! Cadernos de Estudos Africanos, 34: 75-111.

AMARO, R. R. (2018). Manual de Práticas e Métodos sobre Grupos Comunitários. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento, 175:37-38.

FERREIRA, B. e RAPOSO, R. (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. Cadernos de Estudos Africanos, 34: 113-144.

MARCELINO, A. (2016). O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir como alternativas para um “outro Desenvolvimento”. Tese de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, ISCTE-IUL, Lisboa.

BOFF, Leonardo (2012). Sustentabilidade: o que é- o que não é. Editora, Vozes Lda, Brasil, 2012.

BACHA, M. Lourdes (2010). Considerações teóricas sobre o conceito da sustentabilidade. VII SEGeT- Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Brasília, 2010.

COSTA, Luciano de Sousa, (2007). O cooperativismo: uma reflexão Teórica.⁹

⁸ https://base.socioeco.org/docs/miolo_res_3.pdf

⁹ <file:///C:/Users/toshiba/Downloads/1500-5231-1-PB.pdf>

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, (1961). Economia social: conceitos, fundamentação teórica e principais desafios¹⁰.

COUTINHO, Clara Pereira, (2014). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teorias e praticas.

COUTINHO, Clara Pereira, (2004). QUANTITATIVO VERSUS QUALITATIVO: QUESTÕES PARADIGMÁTICAS NA PESQUISA EM AVALIAÇÃO. ACTAS DO XVII COLÓQUIO ADMEE-EUROPA, 18-20

novembro 2004¹¹

CÉSAR, Luís Cordeiro (2003). Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais Um tratamento conceitual. Editora Pedagógica e Universitária, São Paulo, 2003.

CARDANO, Mário (2011). Manual de pesquisa qualitativa: Uma contribuição da teoria da argumentação. Editora Vozes Lda, brasil (2017).

DESHAIES, Bruno, (1992). Metodologia de Investigação em Ciências Humanas. Lisboa: Instituto Piaget.

CANDEIRO, julho Gonçalves (Coord., 2019). Desenvolvimento Sustentável.

V Semana Social, Luanda, janeiro 2019.

ELKINGTON, J. (2001). Sustentabilidade Canibais Com Garfo e Faca: Triple bottom line.

FERREIRA, Bárbara e RAPOSO Rita (2017). Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. Cadernos de Estudos Africanos Desenvolvimento e a Coerência das Políticas. Editora Centro de Estudos Internacionais, Lisboa, 34/2017.

ISABEL, Carla Moreira Fernandes. Tese de mestrado: A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: O ESTUDO DE CASO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA DE APOIO SOCIAL E RECREIO ARTÍSTICO DA AMADORA, 2016².

Guerra, Isabel Carvalho (2006). Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de Uso. 1ª ed. Cascais, Principia.

¹⁰ http://dspace.lis.ulsiada.pt/bitstream/11067/4230/1/is_31_2005_3.pdf Consultado dia

28.04.2021 ¹² consultado em 06.03.2021

http://casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB

[_Liliana_Sousa_e_Silva_Sustentabilidade_na_cultura.pdf](#)

¹¹ disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6469/1/ADMEE_Clara_Coutinho.pdf

HESPANHA, Pedro, (2009). DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA. EDIÇÕES ALMEDINA, SA, Coimbra: 248-254.

MONZÓN CAMPOS, R. C. Á. José Luis (2001). Economía social y sector no lucrativo: actualidad científica y perspectivas. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, nº 37, abril 2001: 7-33.

NATALIA, M. Nunes, (Coord). INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA CONHECIMENTOS E

PRÁTICAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Ed. Centro Editorial, Lisboa, 2017.

SOUSA, Liliana e Silva, (2011). Sustentabilidade na cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira. Disponível¹²

LAVILLE Jean-Louis (2001). «Economia solidária, a perspectiva europeia», Sociedade e estado, vol.

XVI, n. 1-2: 57-99.

LAVILLE Jean-Louis (2009). Dicionário Internacional da Outra Economia: 145-149.

ESTIVILL, Jordi (2004). ECONOMIA SOLIDÁRIA Apresentação do Conceito.

Filho, G. C. d. F., (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Revista Bahia Análise e Dados, junho, Volume 12: 9.

DEMO, Pedro, (1995). Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. São Paulo.

ELKINGTON, (2011). Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. Editora SciELO Scientific Elotronic Lirary Online. Av. Onze de Junho, 269 Vila Clementino 04041- 050 São Paulo SP- Brasil

KERLINGER, N. Fred, (1979). Metodologia em ciências sociais, um tratamento conceitual. Ed. E.P.U.- Pedagógica e Universidade São Paulo. 11ª reimpresso, 2009.

KARL, Max, (1493). O capital: critica da economia política (tradução: Rubens Enderle).

MAURO, Ruy Marini (2012). DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA. (Coord.) Niemeyer, Almeida Filho. Brasília, 2012.

¹² <http://www.havine.com/wp-content/uploads/2016/09/HVN-20110102.pdf>

CHAVES, Rafael e MONZÓN, José Luis (2007). RELATÓRIO SOBRE ECONOMIA SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA. N.º. CESE / COMM / 05/2005O Comité Económico e Social Europeu.

GUERRA, Pablo (2012). Las legislaciones sobre economía social y solidária en América Latina Entre la autogestión y la visión sectorial. Revista de la Facultad de Derecho ISSN 0797-8316, N.º 33, Montevideo- Uruguay, Julio-diciembre 2012: 73-94.

GAIGER, Luís, (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária¹³.

ISABEL, Carla Moreira Fernandes (2016). Tese de mestrado: A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: O ESTUDO DE CASO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA DE APOIO SOCIAL E RECREIO ARTÍSTICO DA AMADORA, 2016¹⁴.

GUEDES, Joanas (2016). A sustentabilidade das ONG concessionárias de microcrédito – implicações e articulações teóricas e práticas. Tese de doutoramento.

MINAYO, Cecília de Sousa (2005). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Salvador: EDUFBA; edit. Fiocruz, Rio de Janeiro.

STIGLITZ, E. Joseph (2016). O PREÇO DA DESIGUALDADE. Ed. BERTRAND. 3ª edição, Lisboa.

SCHUMPETER, J., (1978). A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. Oxford University Press, 1978: 63

SIMAENS, Ana, Coord. Jorge Rodrigues. (2012). Estratégia Organizacional: Do mercado à Ética: 201-236. Escolar edit. Lisboa, 2012.

NATALIA, M. Nunes, (Coord) (2017). INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA. Ed. Centro Editorial, Lisboa.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 4º ed. Lisboa: Gradiva, (Coleção Trajetos): 275.

REVISTA DE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS,

¹³ revista critica de ciências Sociais, julho, 2009 ¹⁴ Consultado em 3 de fevereiro de 2019

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12872/1/Tese%20Carla%20Fernandes.pdf>

v.2, n.3, 2013. Está disponível em www.regepe.org.br

SEOLIN, Lucas Dias e DIAS, Maurício Marques (2014). Organizações e Sustentabilidade: Aproximações, Cooperação And Distancing. Universidade Estadual de Londrina, PR CEP 86057970, UEL, Brasil. REVISTA Gestão. Org, v.15, n,1 2017: 73-85.

TABONE, D. A. (2012). Max Weber e o debate sobre a natureza da economia antiga. Archai n. 8, junho 2012: 47-52.

YIN, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Anexos

Guião de entrevista1: presidente da APAC

Sustentabilidade da Associação de Apoio as Crianças de Póvoa: Caminhos percorridos e Desafios

ESTUDO DE CASO

Função_ (_____)

Ano de permanência na instituição (___)

Zona da residência do funcionário_(_____)

o que é a sustentabilidade? _____

qual é a relação que a organização tem com a sua comunidade? _____ ✓ qual é a relação com o Estado?

os problemas da organização, são considerados problemas da comunidade? _____ ✓ qual é o grau de envolvimento da comunidade nos objetivos, missão e valores de APAC?

Quais são os objetivos: missão e valores de APAC?

quais são os apoios que as crianças beneficiam além do ensino? _____(_____) ✓ Quais as fontes de financiamento?

A comunidade sente satisfeitos com valores, missão e objetivos da APAC?

Qual é o nível da democracia interna da APAC?

A APAC sente-se em casa?

Quais são as dimensões que organização já atingiu: económico/financeiro, social e sustentável?

Guião de entrevista2: pais encarregados

o que é a sustentabilidade? _____

qual é a relação que a organização tem com a sua comunidade?

os problemas da organização, são considerados problemas da comunidade?

quais são os apoios que as crianças beneficiam além do ensino?

A comunidade sente satisfeitos com valores, missão e objetivos da APAC?

Qual é o nível da democracia interna da APAC?

A APAC sente-se em casa?

APAC é transparente quanto as suas missão, valores e objetivos?

Outros...

Guião da entrevista3: presidente da junta

a relação da junta freguesia com a associação de apoio as crianças da povoa

Quais estratégias da junta freguesia para apoiar os seus parceiros (APAC) ✓ Qual

é o papel da junta freguesia junto as famílias que frequentam a APAC?

Qual é a percentagem de apoio que vai para APAC?

Qual é a dimensão criteriosa de apoio com as organizações (APAC)?

A economia social ou solidária é alternativa para amenizar a pobreza na comunidade?

Covid-19 novo desafio para junta, como lidar com essa questão junto aos parceiros (APAC)?

Comentários.

Guião de entrevista4: presidente da câmara

Âmbito

A Economia Social e Solidária nos últimos tempos merece uma atenção especial na sua forma teórica e pratico. A covid-19, veio reforçar a sua ação no terreno. Na verdade, século XIX, marcou o início da ciência económica, a economia blindou-se dentro de uma lógica de preocupação sistemática naquilo que era produzido e vendida. As precisões dos teóricos da economia tentaram desmistificar e criar bases de conhecimentos empíricos. Esses conhecimentos permitiram dismantelar a economia, e criar uma economia, seja ela Economia Social. Em Portugal as iniciativas de economia social têm maior reconhecimento, na medida em que assumem uma função de complementaridade e/ou substitutiva daquilo que são as funções do Estado Social, em que se procura reduzir o peso da despesa social pública e o papel do Estado na Proteção Social.

No âmbito deste trabalho de mestrado cujo objeto de pesquisa a Associação Popular de Apoio as Crianças de Pova (APAC) fomos contatar quase todos atores sociais da Vila fraca de Xira e forte da Casa. Desde Presidente da APAC, Presidente da junta Freguesia e os pais encarregados da educação das crianças.

A nossa entrevista vai cingir nas questões seguintes:

Guião de entrevista

Qual é o papel das organizações da economia social e solidária para resposta as crises das famílias?

Qual é o papel da Câmara Municipal, junto as organizações da economia sociais?

Gostaríamos de saber do impacto que APAC tem na vida comunitária da sua freguesia e forte da casa?

Quais são as recomendações da Câmara Municipal, no que respeita a democracia interna da APAC?

Quais são os critérios de financiamentos da Câmara Municipal, junto das IPSS?

Que medidas de sustentabilidade está se adotar as organizações para não dependerem 100% da Câmara?

Face a pandemia da Covid-19, o que tem sido acontecido com as ajudas a essas organizações?

Comentários...



ESTATUTOS

Associação Popular de Apoio à Criança

ASSOCIAÇÃO POPULAR DE APOIO À CRIANÇA

CAPÍTULO I

Natureza, Denominação, Sede e Objeto

Artigo 1.º Denominação e natureza jurídica

A Associação Popular de Apoio à Criança, adiante designada por Associação, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º

Sede e âmbito de ação

A Associação tem a sua sede na Rua Américo Costa – Quinta da Piedade, 2625- 160, freguesia da Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira, distrito Lisboa e o seu âmbito de ação abrange o concelho de Vila Franca de Xira.

Artigo 3.º

Objetivos

A Associação tem como objetivo principal o apoio aos seus associados nas seguintes áreas:

Infância;

Juventude;

Idosos;

Sociocultural.

Secundariamente, a Associação propõe-se desenvolver o apoio à Comunidade em geral, nas várias vertentes da área Social.

Artigo 4.º

Atividades

Para realização dos seus objetivos, a Associação propõe-se criar e manter as seguintes atividades:

Creche Familiar;

Creche;

Pré-Escolar;

Centro de Atividades de Tempos Livres;

Centro de Dia/Apoio Domiciliário.

A Associação propõe-se ainda, criar e manter as seguintes atividades instrumentais:

Fornecimento de Refeições Escolares/Sociais;

Apoio no Serviço de Transporte/Acompanhamento;

Atividades de cariz cultural e lúdico;

Todas as atividades que estejam em harmonia com os objetivos principais.

Artigo 5.º

Organização e funcionamento

A organização e funcionamento dos diversos setores de atividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direção.

Artigo 6.º

Prestação dos serviços

Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

CAPÍTULO II

Dos associados

Artigo 7.º

Qualidade de associado

Podem ser associados pessoas singulares ou coletivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da Associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços.

A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo informático apropriado, que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8.º

Categorias

Haverá duas categorias de associados:

Associados Efetivos – são as pessoas singulares ou coletivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela Assembleia Geral;

Associados Honorários – são as pessoas, singulares ou coletivas, que adquiram essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em donativos ou através de serviços prestados a favor da Instituição.

Artigo 9.º

Direitos e deveres

São direitos dos associados:

Participar nas reuniões da Assembleia Geral;

Eleger e ser eleito para os corpos sociais;

Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do presente diploma;

Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de trinta (30) dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

São deveres dos associados:

Pagar pontualmente as suas quotas tratando-se de associados efetivos;

Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;

Observar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;

Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

Artigo 10.º

Sanções

Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no presente diploma ficam sujeitos às seguintes sanções:

Repreensão escrita;

Suspensão de direitos até noventa (90) dias;

Demissão.

São demitidos os sócios que por atos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação.

As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direção.

A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

A aplicação das sanções previstas no n.º 1 só se efetivará mediante audiência obrigatória do associado.

A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 11.º

Condições do exercício dos direitos

Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores de idade e

tenham pelo menos um ano de vida associativa.

Artigo 12.º

Intransmissibilidade

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

Artigo 13.º

Perda da qualidade de associado

Perdem a qualidade de associado:

Os que pedirem a sua exoneração;

Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;

Os que forem demitidos nos termos previstos no presente diploma.

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Sociais

Secção I Disposições gerais

Artigo 14.º

Órgãos sociais

São órgãos da Associação, a Assembleia geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

O exercício de qualquer cargo nos corpos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivado.

Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Instituição exija a presença diária de um ou mais titulares dos

órgãos de administração (Direção), podem estes ser remunerados, não podendo, no entanto, a sua remuneração exceder quatro (4) vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS).

A remuneração, referida no número anterior, terá de ser aprovada em Assembleia Geral, por proposta da Direção, após parecer do Conselho Fiscal.

Não há lugar à remuneração dos titulares dos órgãos de administração sempre que a Instituição, por via de auditoria determinada pelo membro do Governo responsável pela área da Segurança Social, apresente, cumulativamente, dois dos seguintes rácios:

Solvabilidade inferior a 50%;

Endividamento global superior a 150%;

Autonomia financeira inferior a 25%;

Rendibilidade líquida da atividade negativa, nos três (3) últimos anos económicos.

Artigo 15.º

Composição dos órgãos

A Direção e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Associação.

O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Associação.

Artigo 16.º

Incompatibilidade

Nenhum titular da Direção pode ser simultaneamente titular do Conselho Fiscal e ou da mesa da Assembleia Geral.

Os titulares dos órgãos referidos no número anterior não podem ser simultaneamente membros da mesa da Assembleia Geral.

Não são elegíveis para os corpos gerentes, os associados que tiverem sido condenados em processo judicial, com sentença transitada em julgado, por crime doloso contra o património, abuso de cartão de garantia ou de crédito,

usura, insolvência dolosa ou negligente, apropriação ilegítima de bens do setor público ou não lucrativo, falsificação, corrupção e branqueamento de capitais, salvo se, entretanto, tiver ocorrido a extinção da pena.

Artigo 17.º

Impedimentos

É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

Os titulares dos membros da Direção não podem contratar direta ou indiretamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.

Os titulares dos órgãos não podem exercer atividade conflituante com a da Associação, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da Associação, ou de participadas desta.

Artigo 18.º

Mandatos dos titulares dos órgãos

A duração do mandato dos órgãos é de quatro (4) anos, e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral ou o seu substituto, que deve ter lugar nos trinta (30) dias seguintes à eleição, a qual deverá ocorrer no mês de dezembro do último ano de cada quadriénio.

Caso o presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao trigésimo dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.

O presidente da Associação ou cargo equiparado só pode ser eleito para três (3) mandatos consecutivos.

Artigo 19.º

Responsabilidade dos titulares dos órgãos

As responsabilidades dos titulares dos órgãos da Associação são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.

Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;

Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

Artigo 20.º

Funcionamento dos órgãos em geral

A Direção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, o direito a voto de desempate.

As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.

Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, com os elementos suplentes. Esgotada esta solução deverão realizar-se eleições, no prazo máximo de um mês, tomando esta posse nos trinta (30) dias seguintes.

Quando a eleição tenha sido efetuada extraordinariamente fora do mês de dezembro, para efeitos do n.º 1 do artigo 18º, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.

Os membros designados para preencherem as vagas referidas no número quatro (4) do presente artigo, apenas completam o mandato.

Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a

reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva mesa.

Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

Artigo 21.º

Constituição

A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos doze (12) meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa que se compõe de um presidente, um 1.º secretário e um 2.º secretário.

Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 22.º

Competências

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da Associação e, designadamente:

Definir as linhas fundamentais de atuação da Associação;

Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa, da Direção e do Conselho Fiscal;

Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais,

sem prejuízo de recurso nos termos legais;

Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;

Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;

Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;

Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens;

Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;

Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 23.º

Convocação e publicitação

A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência pelo presidente da Mesa ou substituto.

A convocatória é obrigatoriamente:

Afixada na sede;

Pessoalmente ou por meio de aviso postal expedido para cada associado.

A convocatória pode também ser efetuada, facultativamente, através de correio eletrónico para o endereço eletrónico fornecido pelo associado.

Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

Independentemente da convocatória, é obrigatório ser dada publicidade à realização da Assembleia Geral nas edições da Associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações e estabelecimentos da Associação, bem como através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área onde se situe a sede.

Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja afixada e expedida, por meio de aviso postal, para os associados.

Artigo 24.º

Funcionamento

A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta (30) minutos depois, com qualquer número de presenças.

A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 25.º

Deliberações

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes, não se contando as abstenções.

É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas f), g), h) e i) do artigo 22.º dos estatutos.

No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respetivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.

Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço e do relatório e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Artigo 26.º

Votações

O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.

Gozam de capacidade eleitoral ativa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.

Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue à data da respetiva reunião.

Cada sócio não pode representar mais de um associado.

Artigo 27.º

Reuniões da Assembleia Geral

A Assembleia Geral reunirá obrigatoriamente, pelo menos, duas (2) vezes por ano:

Até 31 de março de cada ano para discussão e aprovação do relatório e contas do exercício do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;

Até 30 de novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de ação, do orçamento para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal.

No final de cada mandato, até final do mês de dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos.

A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa deste, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do Artº. anterior, deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

SECCÃO III

Da Direção

Artigo 28.º

Constituição

A Direção da Associação é constituída por cinco (5) membros: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogal.

Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.

No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo vice-presidente e este substituído por um suplente.

Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direção, mas sem direito a voto.

Artigo 29.º

Competências

Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;

Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;

Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei;

Organizar o quadro do pessoal, contratar e gerir o pessoal da Associação;

Representar a Associação em juízo ou fora dele;

Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação.

Compete ao presidente da Direção:

Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços;

Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;

Primeiro representante da Associação em juízo ou fora dele;

Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de atas da Direção;

Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.

Compete ao vice-presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Compete ao secretário:

Lavrar as atas das reuniões da Direção e superintender nos serviços de expediente;

Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção organizando os processos dos assuntos a serem tratados;

Superintender nos serviços de secretaria.

Compete ao tesoureiro:

Receber e guardar valores da Associação;

Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;

Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o presidente;

Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;

Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Compete ao vogal coadjuvar os restantes membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhe atribuir.

A Direção reunirá sempre que julgar conveniente por convocação do

presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 30.º

Forma de obrigar

Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direção, ou as assinaturas conjuntas do presidente e do tesoureiro.

Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do presidente e tesoureiro.

Nos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 31.º

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros: presidente e dois vogais.

Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas pela ordem em que tiverem sido eleitos.

No caso de vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.

Artigo 32.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da Associação, podendo, nesse âmbito, efetuar à Direção e Mesa da Assembleia Geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, designadamente:

Fiscalizar a escrituração e documentos da Instituição, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária, bem como propor reuniões

extraordinárias para discussão, com a direção, de determinados assuntos cuja importância o justifique;

Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;

Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direção e/ou Mesa da Assembleia Geral submetam à sua apreciação;

Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.

Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão.

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente, por convocação do seu presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.

CAPÍTULO IV

Regime financeiro

Artigo 33.º

Património

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

Artigo 34.º

Receitas

São receitas da Associação:

As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;

Os rendimentos dos bens e capitais próprios;

Os rendimentos dos serviços prestados;

Os rendimentos de produtos vendidos;

As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;

Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
Rendimentos resultantes dos seus objetivos/atividades secundárias.

Artigo 35.º

Quotas, serviços ou donativos

Os associados pagam uma quota anual de valor fixado pela Direção e ratificado em Assembleia Geral.

Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.

CAPÍTULO V

Disposições diversas

Artigo 36.º

Extinção

A extinção da Associação tem lugar nos casos previstos na lei.

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.

Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à Associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 37.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

BALANÇO

dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1.3	640 194,76	652 221,50
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	6		468,99
Investimentos financeiros	17.1	5 871,63	4 155,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros crédito e ativos não correntes			
		646 066,39	656 845,49
Activo corrente:			
Inventários	9	12 027,31	11 510,47
Créditos a receber	17.3	39 089,24	34 290,84
Estado e outros entes públicos	17.9	14 354,57	12 431,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	123 029,89	125 104,39
Diferimentos	17.5	9 981,80	10 425,00
Outros activos correntes	17.4	152 687,86	154 905,67
Caixa e depósitos bancários	17.6	81 188,02	181 129,12
		432 358,69	509 497,35
Total do activo		1 078 425,08	1 206 342,84
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		55 879,85	55 879,85
Excedentes técnicos			
Reservas		15 000,00	15 000,00
Resultados transitados		-379 795,61	-280 689,10
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		381 964,06	399 487,54
Subsídios ao investimento		381 964,06	399 487,54
Doações			
Outras variações			
		73 078,30	183 678,29
Resultado líquido do período		-188 880,61	-93 096,51
Total dos fundos patrimoniais	17.7	-115 802,31	90 581,78
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	396 246,41	448 417,76
Outras dívidas a pagar			
		396 246,41	448 417,76
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	80 243,00	85 586,13
Estado e outros entes públicos	17.9	58 558,16	54 734,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7	218 809,31	81 614,75
Diferimentos	17.5	9 776,04	9 776,04
Outros passivos correntes	17.10	430 594,47	435 632,10
		797 980,98	667 343,30
Total do passivo		1 194 227,39	1 115 761,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 078 425,08	1 206 342,84

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção
 José Maria Gonçalves
 Presidente
 Associação Popular de Apoio à Criança - APAC

ASSOCIAÇÃO POPULAR DE APOIO À CRIANÇA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

dezembro 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	10	970 190,84	1 114 488,03
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	1 210 490,76	1 174 058,89
ISS, IP - Centros Distritais		1 112 052,74	1 104 620,03
Outras entidades públicas		80 982,08	41 232,29
Subsídios outras entidades		5 904,00	
Doações e heranças		11 551,94	28 206,57
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(269 944,91)	(371 875,12)
Fornecimentos e serviços externos.....	17.11	(302 632,18)	(365 070,97)
Gastos com o pessoal.....	15	(1 832 855,24)	(1 788 071,47)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões específicas (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			(25,28)
Outros rendimentos.....	17.12	135 305,38	290 527,91
Correções relativas a anos anteriores		14 099,45	5 433,03
Correções positivas de participações do ISS, IP		8 555,00	
Outras correções de anos anteriores		5 544,45	5 433,03
Imputação de subsídios ao investimento		37 829,71	35 494,91
Outros rendimentos		83 376,22	209 599,97
Outros gastos.....	17.13	(1 851,95)	(3 814,41)
Correções relativas a anos anteriores		(1 205,27)	(1 907,82)
Correções negativas de participações do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		(1 205,27)	(1 907,82)
Outros gastos		(646,68)	(1 906,59)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(91 297,30)	10 217,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5+6	(80 305,23)	(81 141,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(171 602,53)	(70 923,81)
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....	17.14	(17 278,08)	(15 570,71)
Resultado antes de impostos		(188 880,61)	(86 494,52)
Imposto sobre o rendimento do período.....			(6 601,99)
Resultado líquido do período		-188 880,61	-93 096,51

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção



ASSOCIAÇÃO POPULAR DE APOIO À CRIANÇA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recbimentos de clientes e utentes		983 427,39	1 118 303,77
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolos			
Pagamentos a fornecedores		-622 563,04	-772 124,79
Pagamentos ao pessoal		-1 193 607,22	-1 149 207,56
Caixa gerada pelas operações		-832 742,87	-803 028,58
Pagamento/recbimento do imposto sobre o rendimento		-6 588,76	-3 738,63
Outros recbimentos/pagamentos		-348 395,13	801 539,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-1 187 726,76	-5 227,53
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-1 306,88	-356,70
Activos fixos tangíveis		-1 306,88	-356,70
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recbimentos provenientes de:		14 933,90	548,65
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		14 933,90	439,05
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00	109,60
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		13 627,02	191,95
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recbimentos provenientes de:		3 226 413,51	2 205 560,35
Financiamentos obtidos		2 200 000,00	1 307 500,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		6 357,96	20 485,57
Outras operações de financiamento		1 020 055,55	877 574,78
Pagamentos respeitantes a:		-2 132 254,87	-1 409 401,74
Financiamentos obtidos		-2 114 976,79	-1 393 831,03
Juros e gastos similares		-17 278,08	-15 570,71
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 094 158,64	796 158,61
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		-79 941,10	791 123,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		161 129,12	247 580,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)		81 188,02	161 129,12

O Contabilista Certificado 12501

Ana Castelo

Trilgus, Lda.

6/23

A Direcção
 José Manuel
 José Alberto
 H/20



Associação Popular de Apoio à Criança - APAC



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA APAC
AO RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO DO ANO DE 2019**

1. Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 29º dos Estatutos da Associação Popular de Apoio à Criança, adiante designados por Estatutos APAC, é da competência da Direção da Associação "Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação e para o ano seguinte".
2. As Competências do Conselho Fiscal encontram-se consagradas no art.º 32º dos Estatutos APAC.
3. De acordo com o disposto no n.º 1, alínea b) do citado art.º 32º, o Conselho Fiscal em exercício examinou o Relatório e as Contas da Direção de 2019 conforme foram apresentadas.
4. Não definindo os Estatutos APAC o conteúdo específico do parecer, nem as normas a que deve obedecer a sua elaboração, o mesmo só pode ser emitido de acordo com as normas gerais das auditorias aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
5. Nos documentos financeiros apresentados podemos verificar que a 31 de Dezembro de 2019 a APAC, apresentou um total de rendimentos de € 2.539.077,86 (Dois Milhões Quinhentos e Trinta e Nove Mil Setenta e Sete Euros e Oitenta e Seis Cêntimos) e um total de custos de € 2.625.572,38 (Dois Milhões Seiscentos e Vinte e Cinco Mil Quinhentos e Setenta e Dois Euros e Trinta e Oito Cêntimos) de que resulta um Resultado Líquido Negativo em 2019, após imposto, de € 93.096,51 (Noventa e Três Mil Noventa e Seis Euros e Cinquenta e Um Cêntimos).
6. Os resultados apurados representam, comparativamente com os resultados do ano transato, as seguintes evoluções:
 - 6.1. Aumento da receita em € 20.887,44;
 - 6.2. Aumento da despesa em € 26.647,46;
 - 6.3. Aumento do resultado líquido negativo em € 8.623,38.
7. Verificando-se um significativo aumento da despesa que não foi acompanhada pelo aumento da receita, pelo menos, em igual proporção, levou a que a recuperação financeira que se havia verificado em 2018 tenha agora sido invertida.
8. Apesar de se ter verificado um aumento da receita global, observando-se a receita primária, aquela gerada a partir da atividade principal da APAC, verifica-se uma quebra de receita em três itens fundamentais: "Quotizações e Joias"; "Subsídios ISS" e "Subsídios de Outras Entidades Públicas/Autarquias", que, no seu cômputo, representaram uma quebra de receita de € 16.165,20. Tratando-se de uma quebra de receitas principais, este Conselho Fiscal solicita à Direção da APAC uma análise profunda aos motivos e, se possível, uma antecipação do que poderá ocorrer no corrente ano. No que concerne à receita secundária, aquela gerada a partir de atividades secundárias da APAC, apesar da sua volatilidade, verificou-se uma ligeira perda compensada com um aumento da rubrica "Doações e Heranças".
9. Do lado da despesa, não se observam despesas extraordinárias de relevo, verificando-se inclusivamente poupanças significativas em despesas regulares, como trabalhos



Associação Popular de Apoio à Criança

especializados, conservação e reparação, materiais, deslocações, estadas e transportes, entre outras. No entanto, o desequilíbrio deu-se em duas áreas essenciais: nos "Gastos com o Pessoal" com um aumento de € 34.040,81 e nos "Honorários" com um aumento de € 9.185,60. Só nestas duas rubricas a APAC teve um aumento de despesa de € 43.226,41, muito superior ao aumento do resultado líquido negativo que se verificou no exercício de 2019 a que este Conselho Fiscal faz referência no ponto 6.3.

Se na rubrica de gastos com o pessoal, despesa regular, a APAC deverá cumprir com as suas responsabilidades, é no entanto este Conselho Fiscal de opinião que se deverá analisar e, eventualmente, reequacionar os motivos que levaram ao aumento da despesa em honorários, sobretudo quando a despesa com serviços e trabalhos especializados diminuiu.

10. O Conselho Fiscal exorta assim a Direção a reforçar as medidas que coloquem de novo a APAC no caminho da reversão do seu resultado negativo, cientes no entanto que a conjuntura económica no momento não é de todo favorável, manifestando-se, desde já disponível para toda a ajuda que se entenda por necessária e vantajosa aos bons desígnios da Instituição APAC.
11. Considerando que o Relatório e Contas da Direção apresenta a posição financeira da APAC em 31 de Dezembro de 2019 e o resultado das operações da Direção no exercício em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, entende este Conselho Fiscal que a fiscalização efetuada aos documentos financeiros analisados proporciona uma base aceitável para a expressão de parecer positivo sobre as Contas da Direção de 2019.
12. Posto, face ao que antecede, e apreciados os documentos rececionados, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da APAC aprove o Relatório e Contas do Exercício de 2019, tal como foram apresentadas pela Direção.

Póvoa de Santa Iria, 25 de Junho de 2020



Paulo Rodrigues
(Presidente)

Élio Oliveira
(Vogal)

Tiago Teixeira
(Vogal)